A TRIBUNA

DESDE **1970** | ANO 54 | Nº **11.476** | RONDONÓPOLIS-MT| SEXTA-FEIRA, 19 DE ABRIL DE 2024 | VENDA AVULSA: **R$ 2,50**

@atribunamt | atribunamt.com.br | 66 99957-5513

COBRA EXPLICAÇÕES

MORADORA DIZ QUE AGUARDA HÁ UM ANO POR CIRURGIA DE CATARATAS

Uma moradora do bairro Jardim Liberdade, em Rondonópolis, procurou o A TRIBUNA afirmando que está há mais ou menos um ano aguardando por uma cirurgia de cataratas. Sem condições financeiras de pagar pelo procedimento, a dona de casa tem medo de acabar perdendo a visão. PAG. 3

CORRIDA AO PAÇO

PRATICAMENTE FORA DA DISPUTA, TETI DEVE COMPOR CHAPA COM PAULO JOSÉ

Fontes ligadas ao PT confidenciaram ontem ao A TRIBUNA que o empresário Teti já teria comunicado, lá em Brasília, que não vai pra disputa da prefeitura de Rondonópolis. Com isso, o caminho natural seria compor chapa com Paulo José, já que ambos estão dentro das chamadas "forças progressistas" PAG. 3

APÓS DESMATAMENTO

MAURO MENDES INTENSIFICA DISCURSO COM PROPOSTA DE TOMAR TERRAS DE DESMATADORES

PAG. 8

CAOS NA SAÚDE

VEREADOR SUGERE ABERTURA DE UMA CEI E INSTALAÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE SAÚDE

O estado caótico em que se encontra a saúde pública em Rondonópolis, levou o vereador Investigador Gerson, do MDB, a apresentar um requerimento cobrando soluções por parte da Secretaria Municipal de Saúde e não descarta a possibilidade de abertura de uma CEI. O emedebista quer também uma UPA e um Pronto Atendimento Infantil no Jardim Atlântico e no Parque Universitário.

PAG. 5

CNH SOCIAL

CLÁUDIO FERREIRA ANUNCIA EDITAL PARA PRESTADORES DE SERVIÇOS NO PROGRAMA

PAG. 5

ORÇADA EM R$ 3 MILHÕES

PAÇO MARCA LICITAÇÃO PARA ALARGAMENTO DE AVENIDA

A prefeitura marcou, para o próximo dia 30, a licitação para contratar uma empresa para executar a obra de alargamento da Avenida dos Estudantes. Orçado em R$ 3.051.220,62, o serviço deverá ter uma duração de 7 meses para ser executado, após ordem de serviço.

PAG. 4

"RECOVERY ULTIMATO"

MEGA OPERAÇÃO CONTRA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA CUMPRE MANDADOS EM ROO

A Polícia Civil de Mato Grosso realizou, ontem (18), a Operação Recovery Ultimato e cumpriu 90 mandados de prisão em 10 cidades de Mato Grosso, entre elas Rondonópolis, e nos estados do Rio de Janeiro, Pará e no Distrito Federal.

PAG. 7

SURDOS

SHOW DE PRÊMIOS EM PROL DE ASSOCIAÇÃO QUE COMEMORA 25 ANOS

A Associação de Surdos de Rondonópolis (Assuroo) está realizando, no dia 18 de maio, um "show de prêmios" para arrecadar recursos com o propósito de ajudar na manutenção da entidade, que comemora, neste ano, 25 anos de atuação.

PAG. 4

Editorial

Dinheiro da população - e não do Prefeito José do Pátio (como ele costuma afirmar) -, sendo jogado no lixo."

Chega de dinheiro no lixo...

Os problemas da pista de skate, que foi construída pela Prefeitura na praça localizada no bairro Colina Verde, são exemplos gritantes da má qualidade das obras executadas pela atual administração municipal. Dinheiro da população - e não do Prefeito José do Pátio (como ele costuma afirmar) -, sendo jogado no lixo.

Ontem, o A TRIBUNA noticiou que o vereador dr. José Felipe Horta (PL) levou o caso da pista inaugurada com toda a pompa, há menos de um ano, para o Ministério Público Estadual (MPE).

Isto porque, o espaço, que despertou muita expectativa para os amantes desse esporte, já que é a única pista de skate da cidade com padrões internacionais, o que poderia possibilitar a realização de grandes competições, está tomada por rachaduras, infiltrações, entulhos e abandonada, imprópria para a sua utilização.

Este estado precário do espaço, que custou mais de R$ 500 mil para os cofres públicos municipais, impossibilita a sua devida utilização, pois coloca em risco a segurança tanto de atletas quanto da comunidade em geral, especialmente crianças.

Vale lembrar que estes problemas da pista de skate que estão se agravando, conforme o A TRIBUNA já havia mostrado em uma reportagem anterior, começaram a aparecer pouco tempo depois da sua inauguração oficial, que ocorreu em junho do ano passado.

Na ocasião, a Prefeitura Municipal informou que notificou a empresa responsável pela obra para que fizesse os reparos necessários.

Pelo que se nota, apesar dos problemas serem de conhecimento da administração, nada foi feito de lá para cá. A empresa não atendeu a notificação, muito menos refez a obra da pista, e nem sofreu qualquer punição do poder público pelos prejuízos que está causando.

Lamentavelmente este é só mais um caso de descaso com o dinheiro público, que foi investido e o serviço deveria ter sido entregue para a população com qualidade. Não dá para continuar tolerando situações recorrentes como essa, com obras de péssima qualidade entregues ao município.

Zelar por critérios técnicos em licitações e contratações de construtoras, além de se criar canais de fiscalização efetiva, para acompanhar projetos e cobrar o atingimento de padrões mínimos de qualidade, são pressupostos básicos em respeito à população.

Portanto, cabe ao município explicar o que aconteceu neste caso. Mas, mais que isso, é responsabilidade da Prefeitura criar mecanismos que obriguem que as empresas que executam as obras possam ser responsabilizadas com mais rapidez em situações como essa. É preciso dar um basta, chega de jogar dinheiro no lixo!

A TRIBUNA
www.atribunamt.com.br
Propriedade da Sociedade Impressora Souza Ltda.
CGC 03.178.639/0001-50 Inscrição Estadual 13.061.050-0

Diretores: Maria Janice Logrado de Souza (Registro 164/80 DRT/MT)
Samuel Logrado de Souza (Registro 26/90 DRT/MT)
E-mail: diretoria@atribunamt.com.br

Fundador: Aroldo Marmo de Souza
Fundado em: 7 de junho de 1970

Administração, Redação e Parque Gráfico:
Av. Bandeirantes, 2481 - Centro
Rondonópolis-MT - CEP 78700-200
Fone/Fax: (66) 3410-3500
E-mail: redacao@atribunamt.com.br

Filiado: **ABRAJORI** - Assoc. Brasileira Jornais Interior
ADJORI - Assoc. Jornais Interior de Mato Grosso

Os artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do A Tribuna MT.

OPINIÃO DO LEITOR

Pede-se que os textos contenham nome completo, assinatura, endereço (telefone). Ao A Tribuna se reserva o direito de selecionar cartas ou publicar trechos, para atender mais leitores. E-mail: redacao@atribunamt.com.br

O RECONHECIMENTO INTERNACIONAL E DESEMPENHO ECONÔMICO NO PÓS-INDEPENDÊNCIA E O CAPITALISMO TARDIO

(*) Ney Iared
(*) Ana Paula

Caros leitores, falar sobre a Política de Reconhecimento Internacional no Pós-Independência e seus desdobramentos que configuram o capitalismo tardio brasileiro, é uma tarefa árdua, pois nos remete à uma reflexão acerca de nossas "escolhas", pois como diz o ditado 'toda escolha tem suas consequências' aqui se aplica como foi conduzido o processo de emancipação e seu reconhecimento, exacerbando o capitalismo tardio nacional. O conceito aqui utilizado de independência atua como produto e produtor das transformações históricas, não se prende em estabelecer definições precisas, recorrentes entre sujeitos históricos preocupados em manter ou impor posições sociais em momentos de instabilidades políticas.

O reconhecimento político perante outras nações significa que um indivíduo ou grupo social reivindica o direito a ter sua identidade reconhecida, de forma direta ou através da mediação de um conjunto de instituições. Visto isso, os ingleses passaram a obter importante vantagem: não necessitava da intermediação lusitana para tratar de negócios com o Brasil. Já na negociação do reconhecimento da independência brasileira pelos portugueses, os ingleses já atuavam na inserção internacional do Brasil, cujo governo luso reconhecia com relutância a independência do Brasil, sob os desígnios do governo inglês no Brasil à época da Independência, permaneceram os mesmos de 1808, porque idêntico era seu projeto de supremacia. São eles o comércio favorecido, a reciprocidade de fictícia (CERVO; BUENO, 2008).

A primeira metade do século XIX, sem qualquer arbitrariedade, podemos tomar como referência o período iniciado em 1808 com a vinda da corte de Bragança para o Rio de Janeiro permanecendo até 1844, quando foram revogados os Tratados de Comércio, Amizade e Navegação firmados em 1827. Durante essa fase, os principais eixos de influência inglesa são o político e o comercial, em um contexto de inserção periférica do novo Estado brasileiro na divisão internacional do trabalho. A penetração do liberalismo comercial foi um desenvolvimento entre consenso e dominação, no qual se interpenetra o desejo de "independência a qualquer preço", numa Era dos "Tratados Desiguais" que movia a elite luso-brasileira, em cujo foco era a defesa da vocação primária exportadora do Brasil combinada com a qualidade e o baixo custo das manufaturas inglesas e a posição privilegiada de pressão política que os britânicos desfrutaram em 1810.

Dessa forma, avaliar a projeção do "imperialismo de livre comércio" nesse contexto nos impõe admitir que ao apresentar sua supremacia mundial como entidade mercantil, o Reino Unido logrou ampliar seu poder no sistema interestatal além do que era justificado na extensão e eficiência de sua diplomacia opressora. Todavia, o apoio dos ingleses ao princípio das nacionalidades não objetivava anticolonialismo de expandir, a divisão internacional do trabalho em uma matriz industrial. No que tange ao processo de independência do Brasil, esteve distante desse intuito modernizador, não passando de uma manobra das elites locais para se desvincular de domínios metropolitanos obsoletos e se associar ao centro dinâmico do sistema mundial.

A conjuntura internacional, as contradições e a correlação de forças internas, pôs fim ao II Império e com ele marcou as bases da hegemonia britânica no predomínio dos portos brasileiros, liderança comercial, nas importações necessárias à modernização do país, pela crescente exportação de capitais. Somava-se a isso, a organização econômica que se deu no Império, o latifúndio e a mão de obra escrava. A concentração rural, baseada na cultura exportadora de açúcar e café, a necessidade de engenhos para todo o processo produtivo gerava uma demanda de capital e trabalho, recebendo poderes regionais quase que ditatoriais, já que essa força centralizadora de governança não atingia todos seus domínios, resultante do patrimonialismo advindo da herança colonial, que poderiam estabelecer leis próprias e criar um poder privado regional onde fosse a autoridade suprema.

Essa teia de relações internas, produz avanços e retrocessos no reconhecimento da nacionalidade, das demandas da consolidação do Estado nacional e dos interesses agro primário exportação, ambos ligados à necessidade de insumos para sustentar o processo da modernização, ou seja, os governos dos países em que a revolução industrial avançava promoveram verdadeira cruzada mundial cujo foco era solicitar o liberalismo econômico, exigindo ou impondo às zonas economicamente retardadas. A presença imperial à Exposição Mundial da Filadélfia ganhava conotação simbólica, uma vez que os EUA comemoravam seu I Centenário da Revolução política e, na oportunidade, expunham ao Brasil e ao mundo, requintes de prosperidade econômica e triunfos da ciência, do telefone à eletricidade. Mas, a emergência do multilateralismo econômico representa enorme avanço pela defesa do reconhecimento econômico do Brasil imperial.

Por fim, 1870, marcou o início da Segunda Revolução Industrial e culminava com a integridade territorial brasileira às portas geoestratégicas das fronteiras, envolvendo a "Bacia do Prata e o Amazonas". Além da autonomia alfandegária, fixando a taxação do comércio exterior, investimentos e a fluidez da balança comercial entre um protecionismo eficiente e um liberalismo às "meia boca", por falta de um consenso, à validade vocacional agrícola em detrimento ao industrial. Os investimentos externos eram direcionados a uma única região, concentrados em setores primário-exportador, ferrovias, portos, seguros, telégrafos, bancos, casas importadoras, etc.

(*) NEY IARED REYNALDO, doutor em História da América, docente do Curso de Graduação em Ciências Econômicas/FACAP/UFR - E-mail: ney.iared@ufr.edu.br

(*) ANA PAULA SILVA DO CARMO ARMANI, discente do curso de Ciências Econômicas/FACAP/UFR - E-mail: ana.armani@aluno.ufr.edu.br

CANTINHO DO POETA

DECISION

(*) Jerry Mill

Whatever you come to say,
and no matter what you decide
to do,
those clouds are still up there,
though the sky may be getting
blue.
Yet, it all can soon change,
and the clouds can get strange.
This sky can become gray,
if I'm not next to you.

(*) JERRY MILL é membro-fundador da ARL (Academia Rondonopolitana de Letras).

CORRIDA AO PAÇO

PRATICAMENTE FORA DA DISPUTA, TETI DEVE COMPOR CHAPA COM PAULO JOSÉ

Valdeque Matos
Da Reportagem

Tudo indica que já está definido, dentro das chamadas "forças progressistas", quem vai encabeçar a chapa pela disputa da prefeitura de Rondonópolis no próximo dia 6 de outubro. Como vem se desenhando, o diretor-geral do Sanear, Paulo José (PSB), deve ser mesmo o candidato a prefeito e o empresário e assessor especial do Ministério da Agricultura e Pecuária, Carlos Ernesto Augustin, o Teti, o indicado pelo PT para ser o vice.

Embora a direção local do PT, publicamente, diga que ainda trabalha para Teti ser o candidato à prefeitura pelos "progressistas", as evidências são de que o partido do presidente Lula deve mesmo apoiar Paulo José, que é o candidato defendido pelo atual prefeito.

Um desses indícios veio do presidente da Câmara, vereador Júnior Mendonça, o único petista hoje com mandato na cidade. Em vídeos divulgados nas redes sociais, Mendonça aparece, em eventos ao lado de Pátio, fazendo a defesa da unidade das forças progressistas da cidade na disputa pelo Paço Municipal e se referindo a Paulo José como o candidato a prefeito do grupo.

Fontes ligadas ao PT confidenciaram ontem ao A TRIBUNA que o empresário Teti já teria comunicado, lá em Brasília, que não vai pra disputa da prefeitura de Rondonópolis. Com isso, o caminho natural seria compor chapa com Paulo José, já que ambos estão dentro das chamadas "forças progressistas"

Em entrevista ao A TRIBUNA, na semana passada, o presidente do PT em Rondonópolis, Wendell Girotto, afirmou que a aliança entre os petistas e o grupo de Pátio estava bem próxima de acontecer e previu que a definição da composição da chapa, com a definição sobre quem seria o candidato a prefeito e o vice, ocorra até o início do próximo mês.

Contudo, fontes que exercem certa influência junto ao PT em Rondonópolis, confidenciaram à reportagem que Teti já teria até comunicado que não tem disposição de ser o candidato a prefeito de Rondonópolis. "Posso garantir que ele [Teti] não vai pra disputa da prefeitura de Rondonópolis. Isso, inclusive, o Teti já deixou bem claro lá em Brasília. Ele vai procurar se manter em evidência, agora em 2024, com vistas a projetos políticos futuros", confidenciou uma das nossas fontes.

A reportagem ouviu também de petistas que esta situação só poderia ser revertida caso, mais próximo das convenções, o nome de Paulo José não venha deslanchar. Desta forma, até mesmo por uma exigência da direção nacional, Teti poderia assumir a condição de candidato a prefeito.

COBRA EXPLICAÇÕES

MORADORA DE ROO DIZ QUE AGUARDA HÁ UM ANO POR CIRURGIA DE CATARATAS

Da Reportagem

Uma moradora do bairro Jardim Liberdade, em Rondonópolis, procurou o A TRIBUNA afirmando que está há mais ou menos um ano aguardando por uma cirurgia de cataratas. Sem condições financeiras de pagar pelo procedimento, a dona de casa tem medo de acabar perdendo a visão.

Ao A TRIBUNA, ela relatou que foi informada que a cirurgia deveria ser feita em Cuiabá, então procurou a central de vagas para saber quando o procedimento seria marcado. No local, alegou ter sido informada que seu nome nem mesmo constava na lista para a realização do procedimento.

Inconformada com a situação, a moradora decidiu buscar auxílio na Defensoria Pública mas, como o médico, segundo ela, não teria solicitado a cirurgia com urgência, ela não poderia ser atendida.

A moradora explicou que tem cataratas em grau 3, que estaria se agravando em função dos medicamentos que toma para controle da asma. "Estou preocupada. Não enxergo mais para dirigir. Não estou enxergando mais a televisão direito. Meu marido é aposentado e não tenho dinheiro para fazer a cirurgia. Eu preciso que deem um jeito", relatou.

A dona de casa ainda desabafou que a prefeitura está gastando muito dinheiro para construir faixas elevadas e não faz cirurgias simples como a de cataratas. "Gastam horrores e não podem pagar por uma simples cirurgia de cataratas?", questionou a dona de casa que quer explicações da prefeitura.

ORÇADA EM R$ 3 MILHÕES

PAÇO MARCA LICITAÇÃO PARA OBRA DE ALARGAMENTO DA AV. DOS ESTUDANTES

REPRODUÇÃO GOOGLE MAPS

Trecho onde a Avenida dos Estudantes deve ser alargada

Danielly Tonin
Da Reportagem

A prefeitura marcou, para o próximo dia 30, a licitação para contratar uma empresa para executar a obra de alargamento da Avenida dos Estudantes. Orçado em R$ 3.051.220,62, o serviço deverá ter uma duração de 7 meses para ser executado, após ordem de serviço.

O projeto proposto pelo Município, conforme o edital de licitação, prevê o alargamento da Avenida dos Estudantes entre a ponte sobre o Rio Vermelho na Avenida Lions Internacional até a rotatória com a Rua Dom Pedro II. A obra consiste na drenagem e pavimentação com ciclofaixa do trecho.

Pelo projeto, a avenida será alargada do lado direito da pista para quem segue na direção do centro da cidade para a região do bairro Sagrada Família.

A Avenida dos Estudantes é uma das mais movimentadas e importantes vias de Rondonópolis e conta diariamente com um grande fluxo de veículos, ligando a Avenida Lions Internacional, no bairro Vila Aurora à MT-130, a avenida se tornou a principal via utilizada por moradores de inúmeros bairros da região, como Sagrada Família, Jardim Atlântico, Alfredo de Castro e condomínios fechados, além de ser um dos principais acessos ao Anel Viário e à Universidade Federal de Rondonópolis (UFR).

Com a construção das pontes sobre o Rio Vermelho, na Avenida Lions Internacional e na Avenida W-11, bem como a criação de vários novos bairros e residenciais na região do Alfredo de Castro, o movimento de veículos pela Avenida dos Estudantes aumentou ainda mais nos últimos anos.

SURDOS

SHOW DE PRÊMIOS EM PROL DE ASSOCIAÇÃO QUE COMEMORA 25 ANOS

Valdeque Matos
Da Reportagem

A Associação de Surdos de Rondonópolis (Assuroo) está realizando um "show de prêmios" para arrecadar recursos com o propósito de ajudar na manutenção da entidade, que comemora, neste ano, 25 anos de atuação.

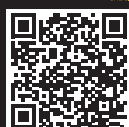
As cartelas para concorrer a seis prêmios, que serão sorteados no dia 18 de maio, já estão sendo vendidas por R$ 20. Serão sorteados uma moto Biz zero km, uma televisão 32", um micro-ondas, uma fritadeira, uma bicicleta e um celular.

"No próximo dia 18 vamos promover, no Rosa de Saron Eventos, um jantar de jubileu de prata da Assuroo. Lá, vamos fazer o sorteio do show de prêmios que estamos realizando", disse o presidente da associação, Rogério Olímpio, que esteve ontem no A TRIBUNA acompanhado do tesoureiro Gleison Rocha, para divulgar a ação.

De acordo com Rogério Olímpio, o show de prêmios tem como objetivo arrecadar recursos para ajudar na manutenção dos serviços prestados pela entidade, que foi fundada em 12 de maio de 1999 e tem como marca, nestes 25 anos, a luta pela inclusão, o reconhecimento de direitos e melhores condições para o convívio e a integração das pessoas surdas à comunidade.

Para adquirir as cartelas do show de prêmios, as pessoas podem procurar a sede da associação, que fica localizada no Parque São Jorge. Mais informações sobre o evento podem ser obtidas pelo telefone 9 9914-8727.

VALDEQUE MATOS/A TRIBUNA

Gleison Rocha (tesoureiro) e Rogério Olímpio (presidente), durante visita ao A TRIBUNA para divulgar o Show de Prêmios que marca os 25 anos da Associação de Surdos de Rondonópolis

CAOS NA SAÚDE

VEREADOR SUGERE ABERTURA DE CEI E INSTALAÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE SAÚDE

Investigador Gerson quer uma UPA e um Pronto Atendimento Infantil no Jardim Atlântico e no Parque Universitário

Tendo em vista que as medidas que foram adotadas para amenizar o caos no PA Infantil não apresentaram melhorias, o vereador Investigador Gerson (MDB) subiu o tom, e cobrou, de forma contundente, na sessão da Câmara Municipal desta quarta-feira (17), medidas para sanar o problema. "Ora prefeito, levanta dessa cadeira e me deixa sentar aí que eu vou mostrar como é que se resolve essa situação", discursou Gerson na tribuna livre.

O vereador relata que apresentou um requerimento e, caso não haja respostas e soluções por parte da secretária de Saúde, Ione Rodrigues, sobre a superlotação, filas gigantes, várias horas de espera por atendimento, equipamentos quebrados, faltando material de limpeza e até falta medicamentos no Pronto Atendimento Infantil (PA), ele estuda a possibilidade junto ao parlamento, da abertura de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI).

"Espero que não seja necessário adotarmos outras medidas, existem alternativas para se resolver esse grande problema, melhorar o atendimento nas 52 UBS que estão distribuídas nos diversos pontos da cidade, aumentar o número de pediatras e vejo que já passou da hora de abrir mais Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e Unidades de Pronto Atendimento Infantil (PA) na grande região do Atlântico e do Parque Universitário. Isso descentralizaria os serviços médicos e diminuiria o fluxo de pais e mães que procuram a UPA e Pronto Atendimento Infantil (PA)", apontou o vereador Investigador Gerson.

DIVULGAÇÃO

Vereador Investigador Gerson apresentou um requerimento cobrando soluções por parte da Secretaria Municipal de Saúde e não descarta a possibilidade de abertura de uma CEI

CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS

DEPUTADO ANUNCIA EDITAL PARA PRESTADORES DE SERVIÇOS NO PROGRAMA CNH SOCIAL

O deputado estadual e pré-candidato à prefeitura de Rondonópolis, Cláudio Ferreira (PL), autor da lei que criou o programa CNH Social reforçou, nesta quarta-feira (17), o anúncio do lançamento do edital para credenciamento de empresas privadas que tenham interesse em prestar serviços pelo programa SER Família CNH Social.

Poderão realizar o cadastro os centros de formação de condutores, as clínicas médicas e clínicas de psicologia. Os serviços terão como objetivo a formação na categoria "A" e na categoria "B" aos beneficiários do programa SER Família CNH Social.

"É com alegria que anunciamos mais uma etapa do programa CNH Social, o cadastro das empresas interessadas em ser parceiras desta importante iniciativa em nosso estado. Volto a dizer, este programa será uma grande oportunidade para aqueles que mais precisam e que por dificuldades ainda não haviam tido a oportunidade de tirar sua primeira carteira de habilitação", comemorou Cláudio Ferreira, ao reforçar seu compromisso em trabalhar por mais propostas que beneficiem a população.

O lançamento foi realizado pela primeira-dama de Mato Grosso, Virgínia Mendes e pelo Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso (Detran-MT). O programa beneficiará 10 mil pessoas somente em 2024.

A entrega dos documentos será feita por meio do e-mail adesaocnhsocial@detran.mt.gov.br, até o dia 24 de abril. A análise dos documentos fornecidos pelos interessados será feita pela Coordenadoria de Credenciamento no prazo de até 15 dias, após a entrega dos documentos.

As instituições interessadas deverão estar cadastradas no Detran-MT, legalmente estabelecidas, e autorizadas a oferecer os serviços de suas categorias. Os centros de formação de condutores devem estar aptos para ministrar Cursos de Formação Teórico -Técnico e Prática de Direção Veicular; clínicas médicas devem oferecer exames de aptidão física e mental; e clínicas de psicologia, serviço de avaliação psicológica.

O edital foi publicado no Diário Oficial de Mato Grosso desta terça-feira. De acordo com o Governo do Estado, o prazo de vigência da contratação será de 24 meses, contados da data da assinatura, podendo ser prorrogado.

DIVULGAÇÃO

Cláudio Ferreira é autor da lei que garante 10 mil carteiras de Habilitação em 2024

TÓPICOS

Se você tem alguma reclamação de seu bairro ou sugestão, entre em contato com a coluna Tópicos através do telefone (66) 3410-3500 ou através do e-mail redacao@atribunamt.com.br

TRÁFICO NA REGIÃO CENTRAL I

Policiais militares do Grupo de Apoio (GAP) do 5º Batalhão apreenderam, na noite desta quarta-feira (17), 98 porções de substância análoga à cocaína e prenderam duas pessoas por tráfico de drogas na região central de Rondonópolis. Um dos suspeitos possui diversas passagens criminais e havia um mandado em aberto de prisão.

PMMT

TRÁFICO NA REGIÃO CENTRAL II

Segundo está relatado no boletim de ocorrência, a equipe fazia patrulhamento de rotina em torno das 22 horas, quando percebeu uma mulher, de 33 anos, repassando algumas porções supostamente de entorpecentes para o suspeito, de 38 anos. Os dois foram abordados em seguida. Com o homem, os policiais encontraram três porções de pasta base de cocaína. A mulher era responsável pela comercialização de produtos ilícitos na região.

TRÁFICO NA REGIÃO CENTRAL III

Os policiais identificaram que ele possui diversas passagens pelos crimes de lesão corporal, apropriação indébita, uso ilícito de drogas, furto, bem como havia um mandado de prisão em aberto expedido pela Vara Única de Poconé. Durante busca pessoal na suspeita, as equipes apreenderam 95 porções de pasta base divididos em uma carteira e dentro das suas roupas íntimas, além de R$ 150 em espécie. A dupla e todo material apreendido foram encaminhados à delegacia.

LEIAMT

MORTE NA MT-130

Um motociclista perdeu a vida na manhã de ontem (18), na MT-130, em Rondonópolis. O homem, que não teve a identidade informada, estava em uma motocicleta Bis e acabou batendo na lateral de uma carreta carregada de farelo de soja. Com o impacto, a carreta tombou e espalhou farelo pela pista. O Serviço Móvel de Atendimento de Urgência (Samu) constatou a morte do motociclista ainda no local do acidente. As causas do acidente ainda estão sendo apuradas.

TRAGÉDIA EM JUSCIMEIRA I

O Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso (CBMMT) encontrou, na manhã de ontem (18), o corpo de uma criança de dois anos que se afogou em um córrego no município de Juscimeira. O corpo da criança foi encontrado a aproximadamente 200 metros do encontro do córrego Águas Claras com o Rio Areia. O menino estava desaparecido desde a tarde de quarta-feira (17).

CORPO DOS BOMBEIROS

TRAGÉDIA EM JUSCIMEIRA II

Segundo informações do Corpo de Bombeiros, após receber o chamado na tarde desta quarta-feira (17), as equipes da 9ª Companhia Independente Bombeiro Militar (9ª CIBM) iniciaram as buscas no córrego Águas Claras, que liga o Lago dos Sonhos ao Rio Areia, local indicado pela família da vítima como o último lugar onde a criança foi vista. Os bombeiros realizaram varreduras tanto nas margens quanto dentro do córrego, além de buscas por terra com auxílio de um cão de resgate.

SEMA FAZ ALERTA I

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (Sema-MT) orienta produtores rurais e responsáveis técnicos sobre a importância de seguir os prazos estabelecidos para a análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Desde a implantação do CAR Digital, em março deste ano, o processo automatizado oferece um prazo de 90 dias para análise após a notificação via e-mail. O registro permanece suspenso até a completa regularização.

SEMA FAZ ALERTA II

Para os cadastros aprovados, os proprietários dispõem de um prazo adicional de 90 dias para revisar, aceitar ou recusar as informações no sistema do CAR Digital. A aceitação confirma os dados do usuário e gera automaticamente a documentação necessária. Cadastros considerados inaptos são direcionados para correção com orientações detalhadas e uma subsequente análise manual.

COTAÇÃO DO DIA 18/4/2024

DOLAR	VARIAÇÃO	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	0,12%	R$ 5.2491	R$ 5.2497
TURISMO	0,54%	R$ 5.2993	R$ 5.4793

TAXA SELIC OVER (Bacen) 13,15%

POUPANÇA 0.56% 17/04/24

FONTE: AGENCIA ESTADO

"RECOVERY ULTIMATO"

MEGA OPERAÇÃO CONTRA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA CUMPRE MANDADOS EM ROO

Danielly Tonin
Da Reportagem

DIVULGAÇÃO/PJC

Policiais cumprem mandados durante a Operação Recovery Ultimato

A Polícia Civil de Mato Grosso realizou, ontem (18), a Operação Recovery Ultimato e cumpriu 90 mandados de prisão em 10 cidades de Mato Grosso, entre elas Rondonópolis, e nos estados do Rio de Janeiro, Pará e no Distrito Federal. A operação que visava criminosos investigados por integrar organização criminosa, tráfico e associação para o tráfico de drogas foi coordenada pela Delegacia de Sorriso.

Durante o cumprimento dos mandados de prisão, um dos alvos, Paulo Henrique Alves dos Santos, 25 anos, conhecido como PH, teria reagido e acabou morrendo em confronto com a polícia em Sorriso. A Polícia Civil informou que o Corpo de Bombeiros foi acionado, mas constatou a morte do jovem no local.

Conforme a Polícia Civil, a investigação que embasou a operação é decorrente de elementos informativos levantados na Operação Recovery 3, que apurou a atuação dos investigados, identificando que parte deles, mesmo detida em unidades do sistema penitenciário, continuava ordenando a execução de ações criminosas a comparsas que estão nas ruas.

Um dos alvos da operação é R.J.J dos S. Segundo a polícia, ele foi alvo das fases anteriores da Recovery por ordenar a execução de homicídios na região de Sorriso e responsável pelo tráfico de entorpecentes. Além da nova ordem de prisão, R. e outro comparsa tiveram ordenados pela Justiça o isolamento no regime disciplinar diferenciado (RDD).

A polícia informou que apurou que mesmo detido em unidades prisionais do Rio de Janeiro, onde foi preso a primeira vez por decisão da Justiça de Mato Grosso e depois transferido para cá, o acusado continuou exercendo a liderança no tráfico de drogas e determinando a diversos comparsas a execução do tráfico e de outros diversos crimes graves, como homicídios e torturas.

PRISÕES

A Polícia Civil cumpriu mandados de prisões nas cidades de: Cuiabá, Várzea Grande, Tapurah, Itanhangá, Ipiranga do Norte, Sinop, Sorriso, Rondonópolis, Água Boa, Colíder, Barra do Bugres, Rio de Janeiro (RJ), Brasília (DF) e Thailândia (PA).

A Operação Recovery Ultimato contou com apoio das Delegacias Regionais da Polícia Civil de Tangará da Serra, Guarantã do Norte, Alta Floresta, Nova Mutum, Rondonópolis, Primavera do Leste, Pontes e Lacerda, Juína, Água Boa e Cuiabá; Gerência de Combate ao Crime Organizado, Gerência de Operações Especiais e das Diretorias de Atividades Especiais e de Inteligência.

SUCESSO DA OPERAÇÃO

"RESULTADO DE UMA GRANDE ESTRATÉGIA," DIZ SECRETÁRIO

Da Reportagem

O secretário de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso, coronel PM César Augusto Roveri, afirmou que a Operação Recovery Ultimato, deflagrada pela Polícia Civil ontem (18), é resultado de uma grande estratégia do Governo de Mato Grosso para repressão ao crime organizado.

"Essa é mais uma importante operação para a segurança pública de Mato Grosso e ela não é única. A Operação Recovery Ultimato é fruto de uma estratégia muito bem elaborada, dentro das determinações do governador Mauro Mendes de tolerância zero a todo tipo de crime dentro do Estado, e é uma prova de que Mato Grosso não para de combater o crime organizado", afirmou.

O secretário acrescentou que: "É uma estratégia muito bem elaborada, com investigações que vêm transcorrendo desde 2023, e que estão muito bem subsidiadas. As investigações são profundas e a Justiça está concedendo os mandados de prisões, busca e apreensão e sequestro de bens para que a gente possa realmente atacar de frente o crime organizado e ter boas respostas para o cidadão de Mato Grosso".

Roveri ainda destacou que operações como a Recovery Ultimato, que visam o enfraquecimento das organizações ao descortinar as lideranças do crime organizado, se alinham à atuação ostensiva das forças de segurança, como a Polícia Militar, para retirar os criminosos de circulação e garantir mais segurança à população de Mato Grosso.

Somente em 2024, a Polícia Civil realizou 154 operações policiais para combater a criminalidade. O número representa um crescimento de 62% nas operações, em comparação com 2023, quando foram realizadas 95 operações. Nos três primeiros meses de 2024, foram 413 prisões no âmbito das operações, além de centenas de bens apreendidos e milhões de reais bloqueados em contas bancárias.

MAYKE TOSCANO/SECOM-MT

César Augusto Roveri, secretário de Estado de Segurança Pública: "essa é mais uma importante operação para a segurança pública de Mato Grosso e ela não é única"

APÓS DESMATAMENTO NO PANTANAL

MAURO MENDES INTENSIFICA DISCURSO COM PROPOSTA DE TOMAR TERRAS DE DESMATADORES

Danielly Tonin
Da Reportagem

Depois da grande repercussão do desmatamento ilegal de mais de 80 mil hectares no Pantanal, o governador Mauro Mendes decidiu intensificar o discurso com a proposta de tomar as terras dos desmatadores ilegais. A proposta, que já havia sido defendida pelo governador no final de março no Palácio do Planalto, em Brasília, voltou a ser defendida com ênfase.

Mauro chegou a gravar um vídeo em suas redes sociais esta semana, defendendo a perda da terra no Brasil daqueles que desmatarem ilegalmente usando como pano de fundo o exemplo do desmate ocorrido no Pantanal.

Para justificar a proposta, o governador citou o caso do fazendeiro que foi multado em R$ 2,8 bilhões após desmatar ilegalmente, com produtos químicos, mais de 80 mil hectares de uma área no pantanal mato-grossense. "Esse é um grande absurdo ambiental. Uma única pessoa desmatou 80 mil hectares usando produto químico, com avião, o que dificulta a fiscalização, porque as árvores vão morrendo lentamente", relatou.

DIVULGAÇÃO

Mauro Mendes: "temos que endurecer a nossa legislação de maneira inteligente, para que seja respeitada por todos"

Mauro ainda acrescentou que as pessoas estão perdendo o medo da legislação brasileira. "Em um caso desse, o valor da multa é muito superior ao valor da terra. Por isso que eu tenho defendido e vou continuar defendendo: fez desmatamento ilegal, tem que perder a área, perdimento completo. Porque essa é a garantia que a área seria preservada", ressaltou.

De acordo com o governador, a legislação brasileira é frouxa e não tem sido capaz de coibir a prática dos crimes ambientais. Além disso, ele ponderou que o perdimento da terra já é previsto na legislação brasileira e poderia ser ampliado para os casos de desmatamento ilegal.

"Esse mecanismo já está previsto na legislação brasileira para quem, na sua propriedade rural, planta maconha ou produz cocaína. Temos que endurecer a nossa legislação de maneira inteligente, para que seja respeitada por todos. Se esse cara tivesse ciência e tantos outros que, se desmatar ilegalmente ele perderia a sua terra, não arriscaria. Com o perdimento, vamos banir de vez esse tipo de crime no nosso país", finalizou.

O CRIME NO PANTANAL

O desmate químico foi identificado pela Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso (Sema/MT) e pela Polícia Civil em uma área de mais de 80 mil hectares de 11 propriedades no Pantanal.

Pelo crime ambiental cometido, um único infrator foi multado em mais de R$ 2,8 bilhões, a maior sanção administrativa já registrada pela Sema/MT.

Segundo o Governo do Estado, a investigação foi iniciada em 2022, após denúncia de que uma propriedade rural, localizada no município de Barão de Melgaço, estava utilizando agrotóxico na região do Pantanal com a finalidade de promover a limpeza de vegetação nativa, denominado "desmate químico".

A conduta investigada teria resultado na mortandade de espécies arbóreas mediante o uso irregular e reiterado de 25 tipos de agrotóxicos em área de vegetação nativa, promovendo o desmatamento ilegal em 11 propriedades rurais. A aplicação dos produtos tóxicos se deu por via aérea, o que agrava ainda mais a situação.

JACIARA

GRAVE ACIDENTE DEIXA UMA PESSOA MORTA E RODOVIA INTERDITADA

Danielly Tonin
Da Reportagem

Um grave acidente registrado na tarde de ontem (18), no km 286 da BR-364, em Jaciara, deixou uma pessoa morta e outra ferida. A colisão envolveu dois veículos de carga e uma caminhonete Toyota Hilux. O acidente causou a interdição total da pista nos dois sentidos entre Rondonópolis e Cuiabá.

Conforme a Nova Rota do Oeste, a equipe foi acionada às 15h49 para o atendimento da ocorrência que envolveu a caminhonete com placa de Diamantino/MT, uma carreta Volvo também com placa de Diamantino/MT e uma carreta DAF com placa Brasil.

As equipes da concessionária, do Corpo de Bombeiros e do Serviço de Atendimento Médico de Urgência (Samu) atuaram na ocorrência.

As informações iniciais repassadas pela Nova Rota do Oeste apontaram para uma vítima encaminhada ao Hospital Municipal de Jaciara. Uma pessoa com morte confirmada no local, além de outras duas pessoas atendidas, mas que, inicialmente, estavam aparentemente sem ferimentos.

REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

A colisão envolveu dois veículos de carga e uma caminhonete Toyota Hilux

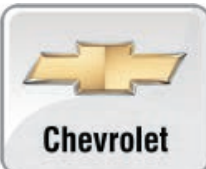
ClassiTUDO

COMPRA E VENDA

GLEBA DO RIO VERMELHO
Vende-se sítio, 21,5 hectares, a 12 km da Cidade, maquinário com todos equipamentos, curral, poço artesiano, casa grande com piscina. (66) 99969-9522

COMPRA E VENDA

TUPPERWARE
Vendo produtos de excelente qualidade. Aceito pessoas p/ revenda. 99649 1573

DIARISTA
Procuro diárias. Contato: (66)999763868

S-10 LTZ FLEX
14/14, branca, completa. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

S-10 RODEIO FLEX
11/11, prata, completa. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

S10 LTZ AUTOM. FLEX
17/18, preto, comp., 4X4. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

S10 LTZ AUTOMÁTICA
13/13, branca, diesel. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

CRUZE LT AUTOMÁTICO
12/12, branco, completo. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

TRACKER LT AUTOM.
15/16, branca, completa. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

S-10 LT AUT. 4X4
19/20, cinza, diesel, 85.000 km. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

S10 EXECUTIVE 4X4 DIESEL
11/11, branca, completa. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

VENDO MOBI LIKE
Ano 19/20, cor branca, 18.000 KM, de particular para particular. Tratar no contato: (66) 99984-1190.

ARGO DRIVE 1.3 FLEX
20/21, cinza, completo. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

TORO RANCH AUT.
18/19, branca, 4x4, diesel. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

TORO VOLCANO DIESEL
16/17, prata, autom. 4x4. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

MOBI LIKE
20/20, vermelho, completo. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

TORO FREEDON AUT.
18/19, branca, completa. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

GOL TRENDLINE 1.0
18/18, branco, único dono. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

POLO TRACK 1.0 FLEX
23/23, branco, 9.390 km. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

SAVEIRO CE TRENDLINE
17/17, branca, completa. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

FOX TRACK
17/18, branco, completo. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

RANGER XLS AUTOM.
20/21, branca, 52.000 km. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

F350
11/11, cinza, único dono. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

RANGER XLT 3.2 AUT.
17/18, branca, 4x4, comp.. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

ECOSPORT FREESTYLE 2.0 AUTOM.
14/15, branca, completa. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

RANGER XLS CAB. SIMPLES
08/09, preta, (gasolina). GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

RANGER LIMITED 3.2 DIESEL
16/17, branco, aut., 4x4. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

COROLLA GLI UPPER
17/18, prata, autom., completo. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

COROLLA XEI
21/22, preto, completo. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

COROLLA XEI AUTOM.
09/10, preto, completo. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

SW4 SRX 7 LUGARES
18/18, branca, diesel, comp.. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

HILUX SRX AUTOMÁTICA
20/21, branca, 4x4, diesel. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

TRITON AUTOMÁTICA 4X4
12/13, prata, completa. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

TRITON HPE AUT. 4X4
12/13, prata, completa

SANDERO STEPWAY 1.6
20/21, prata, automático. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

HR-V EX AUT.
16/17, vermelho, comp.. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

CIVIC LXR AUT.
14/15, cinza, completo. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

VERSA SL 1.6 FLEX
12/13, prata, completo. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

LAND ROVER DISCOVERY HSE
18/18, branca, 07 lugares. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

COMPASS SPORT T270
21/22, cinza, comp.. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

COMPASS LIMITED DIESEL
19/20, cinza, completo. GRID Automóveis Multimarca - (66) 3425-5503 | 9.9936-2626.

COMPARECIMENTO AO EMPREGO

A empresa **A IDEAL TECIDOS** estabelecida à Avenida Amazonas, 936, bairro Centro na cidade de Rondonopolis MT devidamente inscrita sob CNPJ 70.522.966/0001-74 solicita o comparecimento da funcionária **IZAURA APARECIDA DE OLIVEIRA** de CTPS: 96521 Série 0007MT, para prestar esclarecimento sobre sua ausência, que ocorreu desde o dia 11/03/2024 o qual exercia a função de VENDEDORA. O não comparecimento do mesmo caracteriza-rá em abandono de emprego, conforme Letra I. do Artigo 482 da C.L.T.

EXTRAVIO DE DOCUMENTOS

O **Sr. GERALDO FERREIRA DA SILVA** comunica que perdeu todos os seus documentos pessoais, inclusive sua carteira funcional da POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL (PRF).

A TRIBUNA EDITAIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL

A Comissão Pró-Fundação do Instituto Wilson Lemos de Cultura Nordestina presidida pelo Sr. José Ferreira Lemos Neto, Brasileiro, Solteiro , funcionário público CPF n° 253.806.054-00 , RG: 857292-5 SSP-MT , Residente à Rua dos Pinheiros n° 292 Bairro Coophalis, CEP: 78740-580 , Rondonópolis-MT ; **CONVIDA** todos os nordestinos e nordestinas bem como seus descendentes e simpatizantes, residentes no município de Rondonópolis-MT para participarem de uma Assembléia Geral que será realizada no próximo dia 07/05/2024 às 18:30hs em primeira convocação e às 19:00hs em segunda e última convocação com qualquer número de interessados presentes. A referida assembléia acontecerá na Rua dos Pinheiros n° 292 , no Bairro Coophalis nesta cidade de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, que deliberará sobre a seguinte ordem do dia :

1- Aprovação do INSTITUTO WILSON LEMOS DE CULTURA NORDESTINA;
2- Aprovação do Estatuto Social da Entidade;
3- Eleição da Primeira Diretoria e definição da data de Posse ;
4- Aprovação de endereço sede da Entidade;

Rondonópolis, 18 de Abril de 2024.

JOSÉ FERREIRA LEMOS NETO.
Presidente da Comissão

Sucesso Incorporadora SPE LTDA, CNPJ: 46.321.427/0001-92, torna público que requereu junto à SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente, a Licença Prévia (LP) e de Licença de Instalação (LI) para a atividade de Condomínio Vertical Misto (Residencial e Comercial) – Vertria Lumini,a ser instalado na Av. Júlio José Campos, Lote 01, quadra 94, Parq. Sagrada Família, Rondonópolis – MT.

COOPENFER - COOPERATIVA DE ENFERMAGEM
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da COOPERATIVA DE ENFERMAGEM – COOPENFER, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, convoca os senhores cooperados a comparecerem à ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se no dia 29 de abril de 2024, nas dependências da sede da COOPENFER (COOPERATIVA DE ENFERMAGEM), localizado à Rua Barão do Rio Branco, número 2501, sala o1, no prédio da Advocacia Ádila Arruda Safi, Jd. Guanabara, CEP: 78.710-265 em Rondonópolis-MT às 17h00min (dezessete horas) em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, às 18h:00min (dezoito horas) em segunda convocação, com a presença de metade mais um dos associados ou às 19h:00min (dezenove horas) em terceira e última convocação com a presença de no mínimo dez associados.

ORDEM DO DIA:

I. Prestação de contas, referente ao ano de 2023, dos órgãos de administração, acompanhada de parecer do conselho fiscal, compreendendo os seguintes itens:
a) Relatório da gestão referente ao ano de 2023;
b) Balanço referente ao ano de 2023;
c) Demonstrativo das sobras apuradas e o parecer do Conselho Fiscal referente ao ano de 2023;
II. Destinação das sobras apuradas;
III. Mudança de sede;
IV. Alteração e consolidação do Estatuto;
V. Eleição para o cargo de Presidência, Cargo de Diretor Administrativo, Cargo de Diretor Financeiro;
VI. Inclusão e exclusão de cooperados;
VII. Assuntos propostos pelos Cooperados presentes na Assembleia.

Tathiane Regina Rotta Guazi
Diretora Presidente

VENDO

GOL TRENDLINE 1.0
18/18, branco, único dono

S-10 LTZ FLEX
14/14, branca, completa

S-10 RODEIO FLEX
11/11, prata, completa

RANGER XLS AUTOM.
20/21, branca, 52.000 km

HB20 COMFORT PLUS
22/23, prata, completo, 14.000 km

COROLLA GLI UPPER
~~17/18, prata, autom., completo~~

COROLLA XEI
21/22, preto, completo

LAND ROVER DISCOVERY HSE
18/18, branca, 07 lugares

S10 LTZ AUTOM. FLEX
17/18, preto, comp., 4X4

S10 LTZ AUTOMÁTICA
13/13, branca, diesel

SANDERO STEPWAY 1.6
20/21, prata, automático

ARGO DRIVE 1.3 FLEX
20/21, cinza, completo

CRETA PULSE PLUS 1.6
19/20, branco, automático

CRUZE LT AUTOMÁTICO
12/12, branco, completo

COROLLA XEI AUTOM.
09/10, preto, completo

POLO TRACK 1.0 FLEX
23/23, branco, 9.390 km

TRACKER LT AUTOM.
15/16, branca, completa

TORO RANCH AUT.
18/19, branca, 4x4, diesel

F350
11/11, cinza, único dono

CRETA LIMITED 1.0 TB
21/22, prata, 27.000 km

SAVEIRO CE TRENDLINE
17/17, branca, completa

COMPASS SPORT T270
21/22, cinza, comp.

S-10 LT AUT. 4X4
19/20, cinza, diesel, 85.000 km

TORO VOLCANO DIESEL
16/17, prata, autom. 4x4

FOX TRACK
17/18, branco, completo

SW4 SRX 7 LUGARES
18/18, branca, diesel, comp.

SANTA FÉ V6
18/19, branca, completa

TRITON AUTOMÁTICA 4X4
12/13, prata, completa

MOBI LIKE
20/20, vermelho, completo

Morro da Mesa Concessionária S/A
Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2023

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo:
- Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
- Balanço patrimonial
- Demonstração do resultado
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido e do resultado abrangente
- Demonstração dos fluxos de caixa
- Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras

Prezados senhores
Acionistas e Administradores
Morro da Mesa Concessionária S/A
Primavera do Leste/MT

Opinião sobre as demonstrações financeiras
Examinamos as demonstrações financeiras da Morro da Mesa Concessionária S/A (“Morro da Mesa” ou “Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Morro da Mesa Concessionária S/A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases
Sem modificar nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras, para uma melhor compreensão do seu teor, chamamos atenção aos seguintes assuntos:
(i) Partes relacionadas – Parte significativa das operações e saldos a pagar na data-base destas demonstrações financeiras referem-se a operações junto a partes relacionadas (notas explicativas 12, 14 e 22), decorrentes de prestações de serviços, venda de imobilizado e transferências de recursos financeiros (R$ 16.248 mil em 2023 e R$ 10.989 mil em 2022). A definição de parâmetros e termos das negociações realizadas são administradas no âmbito geral do grupo empresarial, não sendo escopo dos nossos trabalhos a análise individual destas operações. Segundo a Administração, as negociações são realizadas seguindo os parâmetros de mercado e, nesse sentido, nossos exames limitaram-se ao confronto dos valores contabilizados com os respectivos controles de apuração mantidos, além de testes de efetivação de serviços prestados e suas respectivas transferências financeiras junto às partes relacionadas.
(ii) Geração de caixa e liquidez – Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Companhia vem auferindo, nos últimos exercícios, resultados operacionais pouco expressivos em relação aos seus passivos, o que impacta diretamente na apresentação da sua liquidez e alavancagem financeira. Tal situação, considerando o volume de passivos de curto prazo existentes em ambas datas-bases, fez com que a Administração desse início em uma série de medidas para garantir o aumento da geração de caixa e cumprimento dessas obrigações, visando a busca do reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da concessão através de ações como a reconsideração de isenções de lindeiros e eixos suspensos, reajuste de tarifas e revisão de outros custos e investimentos necessários, entre outras medidas.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se estas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Fornecemos aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Cuiabá/MT, 08 de março de 2024.

Prado Suzuki & Associados S/S
CRC-MT 000214/O

Bruno da Silva Martins
Contador, CRC-MS 009050/O-6 T-MT

Agnaldo Canhete da Silva
Contador, CRC-MT 005498/O-3

Morro da Mesa Concessionária S/A
Balanço patrimonial em 31 de dezembro, em milhares de Reais

Contas	Nota	2023	2022
Ativo		**207.730**	**216.653**
Circulante		**12.791**	**11.298**
Caixa e equivalentes de caixa	4	809	901
Aplicações financeiras	4	6.154	6.304
Contas a receber	5	3.942	3.123
Estoques	-	203	185
Impostos a recuperar	-	167	138
Outros créditos	6	1.516	647
Não circulante		**194.939**	**205.355**
Aplicações financeiras	4	531	384
Outros créditos	6	408	405
Investimentos	-	924	882
Direitos de uso	7	6.667	6.829
Imobilizado	8	11.851	12.057
Intangível	9	174.558	184.798

Contas	Nota	2023	2022
Passivo e patrimônio líquido		**207.730**	**216.653**
Circulante		**32.900**	**34.293**
Obrigações trabalhistas	10	2.329	2.306
Obrigações fiscais	11	9.467	6.832
Fornecedores	12	4.708	5.434
Empréstimos e financiamentos	13	16.062	17.527
Arrendamentos a pagar	7	211	247
Outras obrigações	14	11	1.753
Dividendos a pagar	16	112	194
Não circulante		**106.718**	**114.993**
Obrigações trabalhistas	10	1.496	1.935
Obrigações fiscais	11	10.898	7.649
Empréstimos e financiamentos	13	76.105	89.231
Arrendamentos a pagar	7	6.371	6.582
Outras obrigações	14	8.537	6.737
Provisão para contingências	15	1.514	846
Impostos diferidos	21	1.797	2.013
Patrimônio líquido	16	**68.112**	**67.367**
Capital social	-	51.529	51.336
Reservas de lucros	-	16.583	16.031

Morro da Mesa Concessionária S/A
Demonstração do resultado, em milhares de Reais
Períodos entre 1o de janeiro e 31 de dezembro

Contas do resultado	Nota	2023	2022
Receitas líquidas	17	**64.757**	**60.758**
Custo dos serviços prestados	17	(48.168)	(46.711)
Lucro bruto		**16.589**	**14.047**
Despesas operacionais	18	(5.550)	(6.696)
Administrativas	-	(3.216)	(4.404)
Pessoal	-	(2.334)	(2.292)
Outras receitas e despesas operacionais	19	(823)	1.638
Lucro operacional		**10.216**	**8.989**
Encargos financeiros líquidos	20	(9.463)	(8.119)
Receitas financeiras	-	564	725
Despesas financeiras	-	(10.027)	(8.844)
Lucro antes dos impostos		**753**	**870**
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	(305)	(150)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	216	181
Lucro do exercício		**664**	**901**

Morro da Mesa Concessionária S/A
Demonstração das mutações do patrimônio líquido e do resultado abrangente, em milhares de Reais

Histórico	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Patrimônio líquido
		Reserva legal	Retenção de lucros	Incentivos fiscais		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**51.306**	**2.102**	**7.436**	**5.786**	**-**	**66.630**
Integralização de capital social	30	-	-	-	-	30
Lucro do exercício	-	-	-	-	901	901
Destinações legais						
Constituição de reserva de incentivos fiscais e legal	-	45	-	81	(126)	-
Destinações a serem propostas em Assembleia						
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(194)	(194)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	581	-	(581)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**51.336**	**2.147**	**8.017**	**5.867**	**-**	**67.367**
Integralização de capital social	193	-	-	-	-	193
Lucro do exercício	-	-	-	-	664	664
Destinações legais						
Constituição de reserva de incentivos fiscais e legal	-	33	-	183	(216)	-
Destinações a serem propostas em Assembleia						
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(112)	(112)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	335	-	(335)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**51.529**	**2.180**	**8.353**	**6.050**	**-**	**68.112**

Morro da Mesa Concessionária S/A
Demonstração dos fluxos de caixa, em milhares de Reais
Períodos entre 1o de janeiro e 31 de dezembro

Movimentação do caixa	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro do exercício	664	901
Conciliação do lucro ao caixa operacional		
Depreciação e amortização	11.471	8.378
Valor residual na baixa de imobilizado	-	893
Provisão para contingências	668	321
Impostos diferidos	(216)	(181)
Variação dos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(819)	(588)
Estoques	(18)	(35)
Impostos a recuperar	(29)	(124)
Outros créditos	(872)	1.962
Direitos de uso	(85)	-
Obrigações trabalhistas	(416)	(2.895)
Obrigações fiscais	5.884	5.914
Fornecedores	(726)	(2.810)
Outras obrigações	57	5.381
Caixa líquido das atividades operacionais	**15.563**	**17.117**
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	3	(32)
Investimentos	(42)	(57)
Imobilizado	(1.263)	(4.265)
Intangível	238	-
Caixa líquido das atividades de investimento	**(1.064)**	**(4.354)**
Atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	(14.591)	(12.147)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(14.591)**	**(12.147)**
Aumento líquido (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**(92)**	**616**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023, em milhares de Reais

1.Contexto operacional

A Morro da Mesa Concessionária S/A ("Concessionária" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída na forma de uma SPE – Sociedade de Propósitos Específicos, em 08 de junho de 2011. Seu capital é detido pela Constral Construtora Ltda., com 51% de participação e a Argesil – Armazéns Gerais e Silos Itaquerê Ltda., com os 49% restantes.

Trata-se de Companhia constituída com prazo de duração por tempo determinado, limitado ao termo final do Contrato de Outorga de Concessão 001/2011/00/00 celebrado junto ao Estado de Mato Grosso, por intermédio da SETPU – Secretaria de Estado de Infraestrutura (atualmente Sinfra – Secretaria de Estado de Infraestrutura) – firmado em 15 de julho de 2011, com vigência de 35 anos a partir daquela data, suportado por retificações de cláusulas, preâmbulos e descrições contidas no primeiro e segundo aditivos contratuais. Este contrato é fundamentado no certame licitatório 14/2009, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, edição de 19 de agosto de 2009, no qual a Companhia sagrou-se vencedora.

A Companhia tem por objeto social, única e exclusivamente, explorar a outorga de concessão, mediante a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à concessão de serviço público, precedida de execução de obra pública para exploração da rodovia MT- 130, no trecho entre o Trevo de Rondonópolis (início da MT-130, no Km 0) e Primavera do Leste (entroncamento com a BR-070), no Estado de Mato Grosso, mediante a cobrança de pedágio e receitas acessórias previstas pelas Leis Estaduais 8.264/04 e 9.120/09, bem como a Lei Federal 8.987/95. A Companhia é pioneira nesse modelo de contratação no Estado de Mato Grosso.

Operação da rodovia – Condicionada aos parâmetros de desempenho estabelecidos no PER – Programa de Exploração da Rodoviária, a operação comercial da rodovia iniciou-se parcialmente no mês de outubro de 2012, por meio de uma praça de cobrança de pedágio e, com a conclusão da segunda praça em novembro de 2012, passou a operar integralmente.

Finalização das obras de execução – As obras iniciais da rodovia foram concluídas no mês de abril de 2016, quando a fiscalização do Basa realizou uma vistoria de constatação da aplicação total de recursos por este financiados. A partir desta data, foram executadas as obras necessárias de manutenção e conservação periódicas da rodovia e faixas de domínio. A vistoria de conclusão das obras com emissão do certificado de implantação ocorreu ainda em 2017.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão – A Companhia firmou junto a SETPU – Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana, em 19 de dezembro de 2014, o segundo aditivo ao contrato de concessão, no qual foram retificadas algumas cláusulas relacionadas aos prazos e serviços executados na rodovia, bem como sobre a extensão do prazo de concessão que passou de 28 anos para 35 anos.

Reajuste da tarifa de pedágio (Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão) – Em 07 de março de 2022, foi publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso a autorização pela AGER – Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso para reajuste de 5,66% na tarifa de pedágio, que passou de R$ 9,00 para R$ 9,50, em observância ao item 3.9 – "Equilíbrio Econômico e Financeiro" do Contrato de Concessão e cláusulas diversas, que mencionam que "...as partes poderão recompor sempre que ocorrer casos e necessidades que afetem diretamente as condições estabelecidas no Contrato de Operacionalização da Concessão...". Os últimos reajustes tarifários do contrato de concessão ocorreram em 06 de março de 2023 (R$ 10,15) e em 07 de março de 2024 (R$ 10,60).

Contexto do negócio - A Concessão, desde o início das suas operações, vem enfrentando uma série de desafios, tanto no cenário econômico nacional como no seu ambiente regional, como:

• O TAC firmado em 16/04/2014, decorrente do processo ACP 3196-98.2014.811.0003, isentou os usuários de baixa renda que são lindeiros limítrofes à praça de pedágio em Rondonópolis/MT;

• Alteração de normativa promovida pela Medida Provisória nº 833/2018, convertida na Lei nº 13.711, de 24 de agosto de 2018, e autorizada pelo Governo Estadual através da Portaria 074/2018/SINFRA, datada de 30/05/2018, a qual estabelece a isenção para eixos suspensos dos veículos de carga;

• Aumento considerável no custo do barril de petróleo, que inflacionou o preço de todo material betuminoso indispensável para a execução dos serviços asfálticos (manutenção e conservação da rodovia) em torno de 60%; e

• Os investimentos iniciais realizados na rodovia em razão da sua degradação quando da entrega pelo poder concedente não foram eficazes para mantê-la em bom estado de conservação ao longo do período, ocasionando investimentos extraordinários para a recuperação precoce do pavimento a fim de proporcionar qualidade aos usuários.

A Administração da Companhia está empenhada nessas ações, as quais são entendidas como imprescindíveis para a manutenção da saúde do negócio e a prestação de serviços de qualidade aos usuários da MT-130**.**

2.Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além das regulamentações específicas da AGER – Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso e da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 08 de março de 2024.

2.2 Base de mensuração – As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir seu valor justo.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação – Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado outra forma.

2.4 Julgamentos, estimativas e mensuração de valor justo – A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamentos por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota explicativa 7: Direitos de uso – Análises se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação e;

• Nota explicativa 9: Intangível – Enquadramento do contrato de concessão nos moldes do Pronunciamento Técnico ICPC 01, para fins de reconhecimento contábil.

(b) Estimativas: As informações sobre estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota explicativa 7: Direitos de uso – Determinação das taxas de desconto a serem utilizadas para desconto a valor presente, além da estimativa dos indicadores de atualização dos ativos arrendados a serem registrados no ativo e passivo;

• Nota explicativa 8: Imobilizado – Determinação das taxas de depreciação destes ativos, calculadas com base nos parâmetros fiscais;

• Nota explicativa 9: Intangível – Determinação dos critérios e taxas de amortização a serem aplicados sobre estes investimentos;

• Nota explicativa 15: Provisões para contingências – Principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(c) Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

• Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

• Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

• Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

3.Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Instrumentos financeiros – As principais políticas contábeis envolvendo instrumentos financeiros são: (a) Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos, inicialmente, na data em que foram originados. Os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. A Companhia tem ativos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e pelo custo amortizado. (a.1) Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício; (a.2) Custo amortizado: São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. (b) Passivos financeiros não derivativos: São reconhecidos títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, sendo realizada a baixa de um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. (c) Compensação de ativos e passivos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia detém o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras – Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses ou com possibilidade de resgate imediato e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras que não se enquadram nos critérios acima são segregadas, inclusive para apresentação em não circulante, quando a expectativa de resgate é superior a 365 dias. As contas garantidas, se utilizadas, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

3.3 Contas a receber – As contas a receber são mantidas com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, avaliadas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. São apresentadas no circulante, pois o prazo de liquidação não é superior a 40 dias. Não há constituição de provisões para perdas estimadas sobre recebíveis pois não há histórico de perdas.

3.4 Outros créditos – São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, classificados como ativo não circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de exigir a liquidação da operação em, pelo menos, um ano após a data-base.

3.5 Direitos de uso e arrendamentos a pagar – São reconhecidos inicialmente pelo valor presente dos pagamentos esperados para as operações de arrendamento e são, posteriormente, amortizados pelo prazo contratual, no caso dos ativos, e atualizados pelas taxas de desconto e amortizados pelos pagamentos, no caso dos passivos.

3.6 Imobilizado – As principais políticas contábeis envolvendo ativos imobilizados são: (a) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item de imobilizado têm diferentes vidas úteis elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Eventualmente, em situação de alienação, o custo original de aquisição e depreciação acumulada são atribuídos ao resultado, bem como as receitas de alienação oriundas da operação. (b) Custos subsequentes: Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos. (c) Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados tomando como base as taxas máximas admitidas fiscalmente, consideradas adequadas pela Administração. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são de 10 anos para máquinas e equipamentos, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios e equipamentos eletrônicos e de informática; 5 anos para veículos e; 25 anos para energia solar.

3.7 Intangível – (a) Contratos de concessão (Pronunciamento Técnico ICPC 01): A Companhia reconhece um ativo intangível à medida que possui um direito contratual, neste caso, representado pelos gastos de melhoria aplicados à rodovia. De acordo com o Pronunciamento Técnico ICPC 01, a remuneração recebida ou a receber pela Companhia deve ser registrada pelo seu valor justo, correspondendo aos direitos sobre um ativo intangível. (b) Direito de uso do bem público: Não é exigido da Companhia nenhuma remuneração compulsória ao poder concedente correspondente ao direito de concessão para exploração da Rodovia MT-130, desta forma, não foram reconhecidas obrigações dessa natureza. (c) Reconhecimento e mensuração: Itens do intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de amortização acumulada e perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável, e acrescidos dos custos líquidos com empréstimos na formação do ativo qualificável. (d) Custos subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado do exercício; (e) Amortização: Os investimentos em rodovia são amortizados pelo método de curva de tráfego estimado, considerando a projeção atual de prazo do contrato de concessão de 35 anos, processada a partir do início da operação em outubro de 2012. No caso dos softwares, a vida útil é estimada em 5 anos.

3.8 Obrigações trabalhistas e fiscais, fornecedores e outras obrigações – São reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. São classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, um ano após a data-base.

3.9 Empréstimos e financiamentos – São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, um ano após a data-base. Os custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa financeira no exercício em que são incorridos.

3.10 Patrimônio líquido – Capital social: As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, não havendo custos incrementais atribuíveis à emissão de novas ações. Reservas de lucros: Quando existentes, serão destinadas conforme o Estatuto Social da Companhia, o qual prevê uma aplicação de 5% do lucro líquido para constituição da reserva legal, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. A reserva de incentivos fiscais é constituída sobre o benefício do lucro da exploração em que a Companhia é beneficiária, limitando a distribuição aos acionistas do valor incentivado. O saldo remanescente de lucros ou prejuízos do exercício é classificado temporariamente em reservas de lucros, até a destinação efetiva em assembleia de acionistas. Dividendos mínimos obrigatórios são constituídos para os exercícios em que há lucro líquido em percentual de 25% sobre o lucro remanescente após a constituição da reserva legal e que determinadas condições restritivas (covenants) são atendidas.

3.11 Provisões – Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar uma obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. As obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo do período.

3.12 Reconhecimento da receita e custo dos serviços prestados – (a) Receitas: Compreendem o valor justo das tarifas de pedágio, apresentadas líquidas dos impostos incidentes. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão e quando critérios específicos tiverem sido atendidos, em regime de competência. (b) Custo dos serviços prestados: Englobam os gastos com pessoal e encargos sociais, depreciação e amortização, gastos diretos com manutenção e conservação, além de outros gastos diretamente relacionados à operação da rodovia, reconhecidos em regime de competência.

3.13 Despesas operacionais e outras receitas e despesas operacionais – (i) Despesas operacionais: Representam os valores incorridos relacionados às atividades administrativas e comerciais da Companhia, reconhecidos em regime de competência. (ii) Outras receitas e despesas operacionais: Representam receitas e despesas efetivamente incorridas e que não estão vinculadas diretamente com a operação.

3.14 Encargos financeiros líquidos – As despesas e receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

3.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido – (i) Impostos

correntes: Os impostos correntes se baseiam no lucro real do exercício, apurado trimestralmente. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais. (ii) Impostos diferidos: Os impostos diferidos são os tributos devidos ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável onde há intenção de liquidar os impostos correntes e passivos em uma base líquida.

4.Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

São representados pelos valores em espécie mantidos para o atendimento nas praças de pedágio, saldos em contas-correntes e aplicações financeiras junto a instituições financeiras. Estes saldos consistem em operações em fundo de renda fixa, remuneradas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Caixa e equivalentes de caixa	2023	2022
Caixa	428	402
Bancos	370	487
Aplicações financeiras	11	12
Saldos, em R$ mil	809	901

Aplicações financeiras – O saldo de aplicações financeiras no circulante (R$ 6.154 mil em 2023 e R$ 6.304 mil, em 2022) possuem restrições para resgate, sendo lastro de garantias contratuais e utilizadas exclusivamente para pagamentos dos de empréstimos e financiamentos com o Banco da Amazônia S/A. As aplicações financeiras mantidas no não circulante (R$ 531 mil em 2023 e R$ 384 mil em 2022) são referentes a títulos de capitalização do Banco da Amazônia S/A e seu vencimento e resgate serão realizáveis em períodos superiores a um ano.

5.Contas a receber

Os valores a receber consistem, basicamente, de créditos a serem repassados pelos operadores de meios eletrônicos de cobrança, cujo vencimento é concentrado em até 30 dias. As operações com a administradora de valores Via Fácil (CGMP) são isentas de tarifa, enquanto as mantidas com a Debtrans (MMMP) e Cielo (Visa Vale-Pedágio) apresentadas líquidas das taxas de administração.

Principais operadoras	2023	2022
Centro de Gestão de Meios de Pag. Ltd	2.597	1.927
Greenpass Tecnologia em Pagam. S/A	626	490
Cielo S/A	76	224
Outros clientes	643	482
Saldos, em R$ mil	3.942	3.123

6.Outros créditos

Os saldos apresentados no ativo circulante são compostos principalmente por adiantamentos a prestadores de serviços e despesas com seguros a apropriar. No ativo não circulante o principal saldo refere-se a ressarcimentos por conta de pagamentos de desapropriações a proprietários de áreas onde foram implantadas as praças de pedágio. Este reembolso será efetuado pelo Governo do Estado de Mato Grosso ao final da concessão.

Outros créditos	2023	2022
Adiantamentos a fornecedores	1.066	257
Seguros a apropriar	376	314
Outros créditos	74	76
Circulante, em R$ mil	1.516	647
Desapropriação de terras	375	375
Depósitos judiciais	28	26
Outros créditos	5	4
Não circulante, em R$ mil	408	405

7.Direitos de uso e arrendamentos a pagar

A Companhia apurou e registrou ativos e passivos de contratos de arrendamento (Pronunciamento Técnico CPC 06/R2) baseada na análise das operações vigentes, onde o impacto mais significativo sobre as demonstrações financeiras é o reconhecimento do passivo de arrendamento e ativo de direito de uso para os arrendamentos classificados como operacionais. Estes saldos referem-se ao contrato de aluguel das instalações da sede da Companhia, o qual foi firmado até o vencimento da concessão, em julho de 2046 e com parcelas mensais no valor de R$ 19.136. Os registros das operações de arrendamento vigentes, para ambas as datas-bases destas demonstrações financeiras, são segregados conforme o quadro.

Direitos de uso	2023	2022
Saldos ativo	6.667	6.829
Saldos, em R$ mil	6.667	6.829

Arrendamentos a pagar	2023	2022
Arrendamentos a pagar - circulante	211	247
Arrendamentos a pagar - não circulant	6.371	6.582
Saldos, em R$ mil	6.582	6.829

8.Imobilizado

A movimentação dos bens do ativo imobilizado da Companhia, em ambos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, está demonstrada no quadro.

A Administração utiliza os critérios fiscais para cálculo da depreciação. Aas orientações do CPC 27 – Ativo imobilizado quanto a adoção de vida útil e valor residual ainda não adotadas pela Administração, a previsão é que em 2024 seja realizado o inventário físico destes bens, bem como adequação quanto aos critérios de depreciação.

Grupos de imobilizado	2021	Adições	Baixas	Transferências	2022	Adições	2023
Custo de aquisição	**15.240**	**4.265**	**(1.864)**	**-**	**17.641**	**1.263**	**18.904**
Máquinas e equipamentos	7.718	3.156	(1.814)	-	9.060	44	9.104
Veículos	1.645	505	-	-	2.150	770	2.920
Equipamentos de informática	1.280	314	(44)	-	1.550	280	1.830
Equipamentos de telecomunicação	155	158	(2)	-	311	71	382
Móveis e utensílios	406	74	-	-	480	72	552
Usina solar	-	-	-	4.000	4.000	26	4.026
Outros	36	58	(4)	-	90	-	90
Imobilizado em andamento	4.000	-	-	(4.000)	-	-	-
Depreciação acumulada	**(5.326)**	**(1.230)**	**971**	**-**	**(5.585)**	**(1.469)**	**(7.054)**
Máquinas e equipamentos	(3.057)	(845)	971	-	(2.931)	(821)	(3.752)
Veículos	(1.602)	(40)	-	-	(1.642)	(1)	(1.643)
Equipamentos de informática	(754)	(186)	-	-	(940)	(182)	(1.122)
Equipamentos de telecomunicação	(51)	(29)	-	-	(80)	(260)	(340)
Móveis e utensílios	(153)	(38)	-	-	(191)	(25)	(216)
Usina solar	-	(97)	-	-	(97)	(162)	(259)
Outros	(32)	(2)	-	-	(34)	(21)	(55)
Ajustes de depreciação pela vida útil	323	7	-	-	330	3	333
Saldos, em R$ mil	9.915	3.035	(893)	-	12.057	(206)	11.851

9.Intangível

O ativo intangível é composto pelos gastos com a recuperação e melhoramento da Rodovia MT-130, os quais concentram-se em serviços de engenharia e de conservação, manutenção, licenças de instalação de caráter ambiental, juros capitalizados no período de construção, entre outros.

Descrição	2021	Adições	2022	Adições	Reclassif.	2023
Custo original	**225.277**	**-**	**225.277**	**-**	**(136)**	**225.141**
Gastos do projeto de construção	225.136	-	225.136	-	-	225.136
Outros intangíveis	141	-	141	-	(136)	5
Amortização acumulada	**(33.331)**	**(7.148)**	**(40.479)**	**(10.002)**	**(102)**	**(50.583)**
Gastos do projeto de construção	(33.331)	(7.148)	(40.479)	(10.002)	(102)	(50.583)
Saldos, em R$ mil	191.946	(7.148)	184.798	(10.002)	(238)	174.558

Pronunciamento Técnico ICPC 01 – Com base nas análises desenvolvidas no início das operações, a Companhia enquadrou o seu modelo de concessão ao Pronunciamento Técnico ICPC 01 – Contratos de concessão, tendo em vista que o projeto atende cumulativamente aos principais quesitos que caracterizam os negócios cobertos pela norma: (i) Os investimentos realizados pela Companhia serão revertidos ao poder concedente ao final do contrato de concessão, (ii) a regulamentação sobre a prestação de serviços é determinada pelo poder concedente, (iii) são exigidas apenas taxas mensais apuradas sobre as receitas de pedágio e, (iv) não há pagamento inicial previsto contratualmente. Sendo assim, não foram reconhecidos direitos de uso de bem púbico para esta concessão. A amortização dos gastos com o projeto é dada conforme a curva de tráfego projetada inicialmente quando da elaboração da concessão, contudo, a Administração avaliará um aprimoramento deste critério em função das variações de tráfego na rodovia.

10.Obrigações trabalhistas

Os saldos de obrigações trabalhistas englobam tanto obrigações correntes quanto obrigações previdenciárias que foram objeto de parcelamento junto ao fisco federal. Os parcelamentos em aberto foram firmados em 60 meses, com vencimento final em 09/2027, e estão devidamente atualizados.

Obrigações trabalhistas	2023	2022
Provisão e encargos sobre férias	838	789
Parcelamentos previdenciários	658	665
INSS a recolher	726	678
FGTS a recolher	41	57
IRRF a recolher	54	37
Outras verbas trabalhistas a pagar	12	80
Circulante, em R$ mil	2.329	2.306
Parcelamentos previdenciários	1.496	1.935
Não circulante, em R$ mil	1.496	1.935

11.Obrigações fiscais

As obrigações fiscais em aberto englobam passivos correntes e parcelamentos realizados junto ao fisco federal. Os parcelamentos fiscais possuem vencimentos variáveis, sendo o mais longo firmado em 84 parcelas, com prazo final em 02/2029. Quanto ao ISS a recolher, há valores em aberto, mantidos a valor histórico, sendo que a Administração está em processo de negociação com as respectivas prefeituras.

Obrigações fiscais	2023	2022
Parcelamentos fiscais federais	5.682	3.738
ISS a recolher	2.624	1.843
Pis a recolher	120	138
Cofins a recolher	790	691
Taxas da Ager	4	110
ISS retido a recolher	-	98
Outros impostos a recolher	247	214
Circulante, em R$ mil	9.467	6.832
Parcelamentos fiscais federais	10.898	7.649
Não circulante, em R$ mil	10.898	7.649

12.Fornecedores

Referem-se às obrigações da Companhia, totalmente em Real para com fornecedores de serviços e materiais necessárias para a operação da concessão.

Principais fornecedores	2023	2022
CPN Transp. Revend. Retalhista Ltda.	529	-
NTA - Novas Técnicas de Asfalto Ltda.	405	152
Scansource Brasil Dis. Tec. Ltda.	302	-
Prosalv Medicina Pré Hospitalar Ltda.	112	320
Primavera Diesel Ltda.	-	1.222
Partes relacionadas	1.858	1.889
Outros fornecedores	1.502	1.851
Saldos, em R$ mil	4.708	5.434

Os saldos informados como vencidos estão em processo de negociação por parte da Administração junto aos credores os quais são, em sua maioria, partes relacionadas.

Fornecedores por vencimento	2023	2022
A vencer	2.408	3.061
Até 30 dias	1.408	2.511
De 31 a 90 dias	816	529
De 91 a 180 dias	184	21
Vencidos	2.300	2.373
Até 180 dias	258	6
De 181 a 365 dias	2	1.947
Acima de 365 dias	2.040	420
Saldos, em R$ mil	4.708	5.434

13.Empréstimos e financiamentos

As operações de captação junto ao mercado financeiro, totalmente em Real, estão detalhadas conforme o quadro, sendo que os encargos de juros são apropriados em regime de competência. As taxas de juros variam entre 2,5% à 23,3%, sendo que há operações pontuais com taxas variáveis (TJLP e IPCA).

Instituição financeira	Modalidade	Vencimento	2023		2022	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Banco da Amazônia	CCB BNDES	2027	9.115	60.651	3.783	13.872
Banco da Amazônia	CCB Sudam	2033	3.805	10.147	9.234	68.007
Banco Caterpillar	CCB	2026	589	684	732	1.304
Banco Caterpillar	Finame	2025	442	187	585	670
Primacredi	CCB	2025	564	282	542	814
Banco Sicredi	CCB	2028	1.066	2.765	2.388	3.629
Banco Sicredi	Finame	2028	88	350	114	400
Banco Volkswagen	Finame	2027	393	1.039	149	535
Saldos, em R$ mil			16.062	76.105	17.527	89.231

Garantias: Para as operações vigentes nesta data-base, são exigidas contratualmente as seguintes garantias e outros termos paras as operações de crédito:

(a) CCB Sudam: Vinculação da totalidade das receitas do contrato de concessão, penhor das ações ordinárias da Companhia, aval de acionistas, conta vinculada das receitas, conta reserva para segurança do principal da dívida (equivalente a uma parcela – nota explicativa 4), endosso de apólices de seguro-garantia e contratação de auditores independentes com registro em CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

(b) Finame: As operações de Finame, conforme as normas operacionais desta linha de crédito, contam com alienação fiduciária dos bens financiados.

(c) CCB BNDES: A cédula de crédito bancário emitida pelo BNDES segue as mesmas exigências citadas no item "a", além de limitar a distribuição de dividendos maiores que os mínimos obrigatórios e de juros sobre capital próprio se o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) do período, calculado de acordo com as diretrizes do contrato, for inferior à 1,2. Esta restrição também é condicionada a participação de capital próprio em nível inferior a 20% do passivo total. Embora este indicador não tenha sido atingido para os últimos dois anos, a Companhia vem mantendo as obrigações adimplentes e administrando com a instituição a isenção de eventuais sanções.

14.Outras obrigações

Estes passivos são compostos, de forma preponderante, por saldos com partes relacionadas. Tais valores foram segregados, de forma conservadora, conforme a expectativa de exigibilidade avaliada pela Administração, não havendo remuneração prevista entre as partes.

Outras obrigações	2023	2022
Partes relacionadas	-	1.702
Adiantamento de clientes	-	37
Obrigações diversas	11	14
Circulante, em R$ mil	11	1.753
Partes relacionadas	7.992	6.732
Obrigações diversas	545	5
Não circulante, em R$ mil	8.537	6.737

15.Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários em andamento, normais da sua atividade, e está discutindo essas questões nas esferas administrativa e judicial, as quais, quando aplicáveis, são suportadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos internos e externos.

Perdas prováveis – A Administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com as ações cíveis em curso, no montante de R$ 1.514 mil (R$ 846 mil em 2022).

Perdas possíveis – O valor das causas classificadas pelos assessores jurídicos da Companhia como de probabilidade de perda "possível", nesta data-base, soma R$ 554 milhões, composta por duas ações: (i) Ao final do ano de 2018, o Ministério Público de Estado Mato Grosso ingressou com um processo que questiona o certame licitatório da concessão administrada pela Companhia, requerendo a nulidade do processo e consequente perda da concessão. Na data-base destas demonstrações financeiras, os assessores jurídicos apresentaram suas manifestações junto a Vara Especializada de Ação Civil Pública e Ação Popular da Comarca de Cuiabá/MT, sendo aguardada instrução processual. A Administração, amparada pela sua assessoria jurídica, considera este processo improcedente, não justificando a constituição de eventual provisão para perdas com relação a este assunto, cujo valor estaria na ordem de R$ 477 milhões e; (ii) outra ação promovida também pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da Vara Especializada de Ação Civil Pública e Ação Popular da Comarca de Cuiabá/MT, estabelecida em junho de 2019, refere-se a improbidade administrativa com perdimento de bens com danos morais, cujo valor da causa é de R$ 77 milhões. O processo ainda em fase de aguardo de instrução. Adicionalmente, constam outros processos em andamento estimados em R$ 1.752 mil.

16.Patrimônio líquido

As contas que formam o patrimônio líquido da Companhia são formadas por:

• Capital social – O capital social da Companhia é composto exclusivamente por ações ordinárias, com valor unitário de R$ 1,00, sendo R$ 51.529 mil em 2023 e R$ 51.336 mil em 2022.

• Reservas de lucros – Além da reserva legal, constituída à razão de 5% do

lucro líquido do exercício apurado em cada final de exercício social, conforme disposições do artigo 194 da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas) e o Estatuto Social da Companhia, está prevista a formação de uma reserva adicional de lucros a partir dos resultados positivos auferidos, a ser deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, e a retenção obrigatória de reserva de incentivos fiscais oriundas das políticas regionais de isenção do imposto de renda calculado com base no lucro da exploração.

• Distribuição de dividendos – Não foram distribuídos dividendos em ambos os exercícios, sendo que os valores provisionados em 2022 foram retornados à Companhia na forma de integralização de capital social.

17.Receitas líquidas e custos dos serviços prestados

As receitas auferidas nas praças de pedágio, os impostos incidentes e principais componentes do custo com serviços são destacados no quadro. Os serviços prestados por partes relacionadas totalizaram R$ 6.398 mil (R$ 666 mil em 2022).

Receitas e custo dos serviços	2023	2022
Receitas líquidas	64.757	60.758
Receitas de pedágio	72.430	67.921
ISS	(3.652)	(3.419)
Pis	(458)	(424)
Cofins	(2.114)	(1.962)
Taxas da AGER	(1.449)	(1.358)
Custo dos serviços de terceiros	(48.168)	(46.711)
Custo dos serviços de terceiros	(28.298)	(29.984)
Depreciação e amortização	(11.387)	(8.306)
Remunerações	(5.589)	(5.754)
INSS sobre folha de pagamento	(1.566)	(1.467)
Encargos (exceto INSS)	(401)	(518)
Outros benefícios	(927)	(682)
Lucro bruto, em R$ mil	16.589	14.047

18.Despesas operacionais

As principais despesas operacionais incorridas, reconhecidas em regime de competência, são distribuídas conforme o quadro abaixo.

Despesas operacionais	2023	2022
Administrativas	(3.216)	(4.404)
Serviços de terceiros	(1.525)	(2.393)
Manutenção de softwares	(287)	(301)
Despesas com aluguel de imóveis	(270)	(253)
Despesas com veículos	(151)	(239)
Ressarcimentos aos usuários	(132)	(150)
Despesas com telecomunicações	(47)	(97)
Energia elétrica	(11)	(79)
Depreciação	(84)	(70)
Outras despesas administrativas	(709)	(822)
Pessoal	(2.334)	(2.292)
Salários	(1.502)	(1.370)
INSS	(429)	(391)
FGTS	(114)	(101)
Vale alimentação	(174)	(244)
Outras despesas com pessoal	(115)	(186)
Totais, em R$ mil	(5.550)	(6.696)

19.Outras receitas e despesas operacionais

Os principais saldos têm origem nas receitas de uso da faixa de domínio e provisão para contingência, bem como indenizações de processos, reconhecidos em regime de competência.

Outras receitas e despesas	2023	2022
Outras receitas	915	1.974
Uso da faixa de domínio	618	442
Resultado na venda de imobilizado	-	1.420
Outras receitas operacionais	297	112
Outras despesas	(1.738)	(336)
Indenizações	(1.055)	-
Provisão para contingências	(668)	(321)
Multas indedutíveis	(15)	(15)
Totais, em R$ mil	(823)	1.638

20.Encargos financeiros líquidos

O resultado financeiro auferido pela Companhia é impactado principalmente por gastos com juros e multas sobre empréstimos e financiamentos, parcelamentos e obrigações fiscais, demonstrados como segue.

Encargos financeiros líquidos	2023	2022
Receitas financeiras	564	725
Rendimentos de aplicações financeiras	529	695
Outras receitas financeiras	35	30
Despesas financeiras	(10.027)	(8.844)
Juros sobre emp. e financiamentos	(5.362)	(5.634)
Juros sobre obrigações fiscais	(2.845)	(1.084)
Juros sobre atrasos de pagamentos	(660)	(506)
Multas sobre obrigações fiscais	(561)	(952)
Taxas de adminsitração de cartões	(294)	(267)
Outras despesas financeiras	(305)	(401)
Totais, em R$ mil	(9.463)	(8.119)

21.Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A Companhia é optante pelo lucro real trimestral, calculando e registrando seus impostos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de apuração dos impostos.

Os impostos diferidos são decorrentes principalmente de diferenças temporárias referentes aos encargos financeiros capitalizados no intangível (nota explicativa 9), dedutíveis no momento inicial e realizáveis em função da amortização do ativo durante o prazo de concessão.

Conciliação dos impostos (2023)	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(56)	599	(985)	1.379
Adições	55	76	70	86
Exclusões	-	(203)	-	(440)
Base antes das compensações	(1)	472	(915)	1.025
IRPJ (15%)	-	71	-	154
IPRJ Adicional (10%)	-	41	-	97
CSLL (9%)	-	42	-	92
Valor do imposto	-	154	-	343
Benefício fiscal SUDAM	-	(43)	-	(140)
Benefício fiscal PAT	-	(3)	-	(6)
Encargo fiscal trimestral, em R$ mil	-	108	-	197
Encargo fiscal anual, em R$ mil				305

Conciliação dos impostos (2022)	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(10)	(54)	304	630
Adições	-	56	59	81
Exclusões	(2)	(2)	(140)	(205)
Base antes das compensações	(12)	-	223	506
IRPJ (15%)	-	-	33	76
IPRJ Adicional (10%)	-	-	16	45
CSLL (9%)	-	-	20	46
Valor do imposto, em R$ mil	-	-	70	166
Benefício fiscal SUDAM	-	-	(20)	(61)
Benefício fiscal PAT	-	-	(2)	(3)
Encargo fiscal trimestral, em R$ mil	-	-	48	102
Encargo fiscal anual, em R$ mil				150

Impostos diferidos	2023		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Juros capitalizados ao intangível	6.465	6.465	6.437	6.437
Depreciação societária	333	333	330	330
Provisão para contingências	(1.514)	(1.514)	(846)	(846)
Base de cálculo, em R$ mil	**5.284**	**5.284**	**5.921**	**5.921**
Alíquota dos impostos	25%	9%	25%	9%
Saldos, em R$ mil	(1.321)	(476)	(1.480)	(533)

Movimentação de impostos diferidos	2023	2022
Saldo inicial	(2.013)	(2.194)
Reversão de impostos diferidos	216	181
Saldos, em R$ mil	(1.797)	(2.013)

22.Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como a movimentação das contas de resultado envolvendo transações entre partes relacionadas são demonstradas conforme os quadros.

Fornecedores	Nota	2023	2022
Construtora Pavimat Ltda.	12	1.848	10
Construtora Deterra Ltda.	12	10	1.879
Saldos, em R$ mil		1.858	1.889

Prestações de serviços / aluguéis	Nota	2023	2022
Construtora Pavimat Ltda.	17	6.398	92
Construtora Deterra Ltda.	17	-	574
Totais, em R$ mil		6.398	666

Outras obrigações	Nota	2023	2022
Construtora Tripolo Ltda.	14	5.181	5.181
Construtora Deterra Ltda.	14	1.551	1.551
Constral Construtora Ltda.	14	1.260	-
Construtora Pavimat Ltda.	14	-	1.702
Saldos, em R$ mil		7.992	8.434

23.Seguros contratados

A Companhia é responsável por obrigações assumidas em contratos de financiamento e pela contratação de seguros que visam garantir a efetiva cobertura dos riscos inerentes a execução das atividades pertinentes à concessão.

Seguradora	Contratação	Vencimento	Objeto segurado	Cobertura
Pottencial Seguradora	1/2/2023	1/2/2024	Seguro de frota	100% FIPE
Fairfax Brasil	1/9/2023	1/9/2024	Responsabilidade civil	5.000
Fairfax Brasil	1/9/2023	1/9/2024	Riscos operacionais	225.611
Porto Seguro	15/10/2023	15/10/2024	Seguro de frota	100% FIPE
Porto Seguro	15/10/2023	15/10/2024	Seguro de frota	100% FIPE
Axa Seguros	13/7/2023	13/7/2025	Seguro garantia	46.000
Axa Seguros	13/7/2023	13/7/2025	Seguro garantia	38.000
			Saldos, em R$ mil	314.611

A partir do início das operações da rodovia, foram contratados seguros visando atendimento às exigências contratuais e garantia dos bens físicos da Concessão, sendo que a Administração da Companhia considera as coberturas contratadas suficientes para cobrir eventuais sinistros. O escopo dos auditores independentes não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

Ativos	2023	2022
Bancos	370	487
Aplicações financeiras	6.696	6.700
Contas a receber	3.942	3.123
Outros créditos	482	481
Saldos, em R$ mil	11.490	10.791

24.Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A gestão de riscos corporativos insere-se no compromisso da Companhia em atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos no Brasil. Os riscos são administrados considerando governança e controles estabelecidos, o que envolve a participação ativa da alta Administração. A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(a) Risco de crédito: É o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. Os saldos de bancos e aplicações financeiras são mantidos em bancos de primeira linha como forma de redução do risco de crédito. Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito e são demonstrados conforme o quadro.

(b) Risco de liquidez: É o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Passivos financeiros	Contábil	Fluxos de caixa				
		Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 4 anos	> de 4 anos	Total
Obrigações trabalhistas	3.825	2.571	1.664	-	-	4.236
Obrigações fiscais	20.365	11.276	5.596	4.430	3.383	24.685
Fornecedores	4.708	4.708	-	-	-	4.708
Empréstimos e financiamentos	92.167	20.140	18.196	16.394	50.056	104.786
Arrendamentos a pagar	6.582	211	217	224	12.661	13.313
Outras obrigações	8.660	11	8.537	-	-	8.548
Dividendos a pagar	112	112	-	-	-	112
Saldos, em R$ mil	136.419	39.029	34.210	21.048	66.100	160.388

(c) Risco de mercado: É o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia não está exposta a riscos significativos desta natureza, exceto pelas taxas de juros variáveis de alguns empréstimos e financiamentos (nota explicativa 13), desta forma, não apresenta uma análise acerca destes itens. As questões operacionais relacionadas ao contrato de concessão são monitoradas de forma permanente por parte da Administração.

25.Aspectos sociais, ambientais e operacionais

Com o objetivo maior de prover desenvolvimento sustentável à região abrangida pela MT-130, além da segurança para plena trafegabilidade, a Companhia iniciou em 2012 os investimentos previstos no Contrato de Concessão firmado junto ao Estado de Mato Grosso, por intermédio da SETPU (atual Sinfra-MT).

O projeto proporciona a geração de 408 empregos diretos, sendo 208 efetivos e 200 terceirizados, além de outros 102 indiretos, contribuindo de forma relevante para o desenvolvimento econômico dos municípios margeados pela rodovia.

Focada na qualificação profissional de seus colaboradores para o desempenho das suas funções nos mais altos padrões de excelência, a Companhia investe fortemente no desenvolvimento de sua equipe através de convênios sistemáticos junto a entidades de ensino superior e empresas especializadas em treinamento.

Com investimentos totais de R$ 220 milhões na fase inicial do Contrato de Concessão, o projeto executou a recuperação da rodovia, que incluiu a reposição do seu pavimento asfáltico e aplicação de sinalizações horizontal e vertical, instalação de muros de arrimo e drenagens, disponibilização de serviços de vigilância patrimonial, resgate médico, inspeção de tráfego, socorro mecânico, posto de pesagem e atendimento a acidentes e uma central de atendimento ao cliente (SAC) funcionando 24 horas. Os serviços executados observam as diretrizes do Contrato de Concessão, visando a preservação ambiental e os mais rígidos padrões de segurança.

Por fim, há de se destacar a geração de tributos proporcionada pela Concessão, beneficiando de forma direta os municípios ao longo da rodovia, além dos fiscos estadual e federal.

Primavera do Leste/MT, 08 de março de 2024.

Franciel Tscha
Sinara da Rosa Portela

Diretor-Presidente
Contadora, CRC-MT 015747/O-4

JUSTIÇA MANTÉM PRISÃO DE SOBRINHA QUE LEVOU TIO MORTO PARA PEGAR EMPRÉSTIMO

A Justiça do Rio manteve, após audiência de custódia ontem (18), a prisão de Érika de Souza Vieira Nunes, presa em flagrante suspeita de levar o cadáver do tio Paulo Roberto Braga, à uma agência bancária. Ela responde por vilipêndio de cadáver e por furto.

A polícia segue investigando o caso do idoso, de 68 anos, levado morto a atendentes de um banco em Bangu, Zona Oeste do Rio, na terça-feira (16) pela sobrinha Érika de Souza. Ela foi presa em flagrante por tentativa de furto mediante fraude e vilipêndio de cadáver.

Em áudios enviados em grupos de Whatsapp, funcionários do banco afirmam que desde o momento em que Érika e Paulo Roberto entraram na agência, já havia a percepção de que alguma coisa estava errada. "Eu abri a porta, para sair. A menina dos serviços gerais falou assim: 'parece que o homem tá morto!'. Eu falei assim: 'quem, gente?'. Aí ela: 'Ali!'. E apontou. E a mulher tentando levantar a cabeça dele, pegando na mão dele, pegando para ele assinar, só que ele nem se mexia", relatou uma testemunha.

O mototaxista que ajudou Erika a colocar o idoso no carro do motorista de aplicativo disse, em depoimento, que ele estava vivo na hora que foi colocado no veículo para ir até a agência bancária. Já o motorista afirmou que o idoso segurou a maçaneta quando estava sendo retirado do carro.

REDES SOCIAIS

PALAVRAS CRUZADAS

Clues: Órgão do Judiciário que julga crimes contra a vida / (?) coisa: isto / Grande antílope africano / Cada semestre do curso universitário / O nervo que transmite estímulos (Anat.) / Santa padroeira do povo cigano / Morada dos deuses gregos (Mit.) / Retorno; volta / Linda ave aquática / Inscrição na Cruz (Bíblia) / Graduam / Unidade de medida dos EUA / (?) de bário, componente de pesticidas / Letra que leva o til no espanhol / Juiz muçulmano / Status do Corinthians na Copa do Brasil / (?) Dix, pintor / Derruba; destroça / Leito do paciente no centro cirúrgico / Suspiros de amor (poét.) / Entulho para nivelar terrenos / Constelação da estrela Vega (Astr.) / Bruta; selvagem / Comandou as forças brasileiras na Batalha de Tuiuti / James (?), ator de "Os Descartados" / Lema da bandeira da Paraíba / (?) José, capital da Costa Rica / Colinas de areia / Excitação animal / Carro, em inglês / Desagravar / (?) Mainardi, escritor / Prefixo de "fonógrafo": som

BANCO 3/car. 4/cádi. 9/carbonato — sensitivo.

Resposta da Edição Anterior

		J				K		
P	R	A	Ç	A	D	A	S	E
	E	R		R	E	N	A	N
	A	R	R	A	S	T	A	R
	P	O	E	T	A		R	I
	R		C	O	G	N	A	C
J	O	Q	U	E	I		E	A
	V		P	I	O	R	A	R
R	E	T	E	R		E	T	
	I		R	A	C	I	A	L
DU	T	R	A		A	N	C	A
	A	U	R	A		O	A	T
	D	OM		V	I	L	M	A
	A	R	C	O	S		A	S

VIÚVO DE PAULO GUSTAVO SE MUDOU COM OS FILHOS PARA A AUSTRÁLIA

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

O médico Thales Bretas, viúvo de Paulo Gustavo, se mudou com os filhos Gael e Romeu, de 4 anos, para a Austrália. O motivo, de acordo com ele, foi o desejo de passar mais tempo com os filhos e estar perto da irmã, do cunhado e do sobrinho, que vivem na cidade de Brisbane. "Desde que vim no ano passado e convivi mais de perto com a minha irmã, meu cunhado e meu sobrinho, resolvi me programar para passar alguns meses esse ano com eles. O convívio com o primo, que tem quase a mesma idade dos meus filhos, é muito legal, muito saudável, e eu sinto muita falta da minha irmã", contou Thales, em um vídeo. O companheiro de Paulo Gustavo afirmou, contudo, que já está com saudades do Brasil. "Sou pai solo desde tudo que aconteceu na minha vida, jamais deixaria eles e viajaria por tanto tempo. Estamos morrendo de saudade da família que ficou no Brasil, e dos amigos também. Eu estou sentindo muita falta do meu consultório, mas tenho certeza de que ele está sendo conduzido com todo o carinho e amor".

Essa semana, o nome de Thales voltou a circular na imprensa após ele ser visto beijando o empresário brasileiro Vicente Conde, em Paris.

Horóscopo

Instituto Omar Cardoso — omarnunes@onparticipa.com.br

Aries

Evite aborrecer- se por pequenas coisas. Seja otimista. Não faça concessão ao pessimismo ou ideias negativas. Momento favorecido no progresso artístico, na popularidade, na melhoria financeira e cultural. Data positiva para fazer mudanças.

Libra

No início do período, um dia- a- dia agitado, com várias modificações. Poderá conhecer novos ambientes e pessoas, ter novas ideias. Não haverá problemas com os transportes; a comunicação e os estudos serão favorecidos.

Touro

Procure a felicidade no terreno espiritual e tudo será mais fácil. Você estará planejando seu futuro e organizando seus planos especialmente com relação ao seu futuro profissional. Os obstáculos tendem a desaparecer diante do período propício que se inicia agora.

Escorpião

Alegria e tranquilidade com relação a si mesmo. Tendência a voltar- se para seus próprios interesses e desejos, o que pode lhe fazer bem. No final do período, pequenos contratempos na lida com o cotidiano.

Gêmeos

Bom dia para tratar de assuntos financeiros e questões relacionadas com a justiça. Todavia, seja cortês e procure medir suas palavras, ao tratar com amigos. Favorável ao amor.

Sagitário

Com mais força física e você poderá voltar a tomar o comando da sua vida. Um novo ciclo se inicia com novas oportunidades e motivações. Interesse especial, por enquanto na vida a dois.

Câncer

Bom dia para tratar com militares, políticos e pessoas ligadas a igreja. Muito bom, também, para abrir uma caderneta de poupança ou para solicitar empréstimo de dinheiro. Êxito profissional. Boa saúde.

Capricórnio

Procure cuidar do bom funcionamento do aparelho digestivo e dos intestinos. Vênus lhe trará mais confiança e força pessoal. No entanto, o planeta Mercúrio, proporcionará menos vitalidade física. Não exija demais de si próprio.

Leão

Problemas no ambiente familiar. Soluções que lhe pareciam positivas mostrarão que precisam ser reavaliadas. Isto poderá lhe trazer desassossego. Momento benéfico para iniciar algum tipo de associação ou de participação com uma pessoa de seu convívio.

Aquário

Apesar de boas oportunidades para a vida social e o encontro com os amigos, sua disposição não lhe permitirá ir muito longe. Continua um momento de reflexão. Melhoria em termos financeiros.

Virgem

Os estudos e as comunicações continuarão favorecidos, desde que já tenham sido iniciados de alguma forma. Alguma situação financeira poderá contradizer frontalmente seus desejos e sonhos, impondo- lhe uma profunda revisão de valores.

Peixes

Início de um novo período profissional. Possibilidade de ver o seu talento melhor utilizado, produzindo assim uma melhoria, talvez em longo prazo. Fase de recolhimento e necessidade de solidão. Vida social e afetiva menos intensa, talvez com alguns problemas.

SELEÇÃO BRASILEIRA

COMISSÃO TÉCNICA PERCORRE O PAÍS OBSERVANDO JOGOS DO BRASILEIRÃO

A comissão técnica da Seleção Brasileira percorre o país observando jogadores dos 20 clubes que disputam o Brasileirão 2024. Nesta quarta-feira (17), oito integrantes do staff do time nacional acompanharam jogos da segunda rodada da competição. A série de viagens faz parte do planejamento da comissão técnica de estreitar o relacionamento com os clubes e definir o grupo que vai disputar a Copa América, em junho.

O giro da comissão técnica pelo Brasil começou na terça-feira (16), quando o técnico Dorival Júnior e o analista de desempenho, Thomaz Koerich, assistiram o confronto entre o Bahia e o Fluminense, na Fonte Nova. O tricolor baiano venceu por 2 a 1.

No dia seguinte, mais quatro partidas foram observadas pela equipe técnica da CBF. O primeiro jogo de quarta foi acompanhado pelo gerente geral técnico, Cícero Souza, e João Marcos, analista de desempenho. Eles assistiram ao triunfo do Grêmio diante do Athletico-PR, por 2 a 0, em Porto Alegre.

Em seguida, o coordenador executivo geral das Seleções Masculinas, Rodrigo Caetano, e o preparador físico Celso de Rezende foram até Caxias do Sul, onde presenciaram o confronto entre o Juventude e o Corinthians. O time gaúcho venceu por 2 a 0. No mesmo horário, o assistente Pedro Sotero e o analista Guilherme Lyra assistiram o empate entre Fortaleza e Cruzeiro, em 1 a 1, no Castelão.

Mais tarde, outra partida foi observada pelos integrantes da comissão técnica. O coordenador técnico Juan e o assistente Lucas Silvestre foram ao Maracanã e viram o Flamengo ganhar do São Paulo, por 2 a 1.

A série de viagens pelo país vai terminar no final do mês, quando 27 jogos serão observadas pelos integrantes da comissão técnica. A agenda também conta com jogos da Libertadores e da Sul-Americana. Além de acompanhar as partidas, os profissionais da Seleção visitam também os centros de treinamentos e conversam com os treinadores e demais profissionais dos clubes.

DIVULGAÇÃO

Coordenador Executivo Geral de Seleções, Rodrigo Caetano, e o preparador físico, Celso Rezende acompanharam Juventude x Corinthians em Caxias do Sul

MARATONA

APÓS DERROTA NA COPA VERDE, CUIABÁ EMBARCA PARA PORTO ALEGRE

O elenco do Cuiabá treinou na manhã desta quinta-feira (18) no CT do Atlético-GO, em Goiânia, um dia depois da derrota de 2 a 0 para o Vila Nova, pela Copa Verde. Os atletas que iniciaram o duelo realizaram trabalhos de força na academia. Quem começou como suplente ou entrou no decorrer da partida, trabalhou em campo sob o comando do auxiliar-fixo Luiz Fernando Iubel.

Em meio à maratona de três competições simultâneas nas duas últimas semanas, o Dourado volta o foco para o Brasileirão. Neste sábado, a equipe auriverde visita o Grêmio, na Arena do Grêmio, às 17h30.

O embarque para Porto Alegre estava previsto para a tarde de ontem. Nesta sexta-feira, pela manhã, o grupo fecha a preparação para o confronto com treinamento apronto no CT do Internacional, em Porto Alegre.

Para o duelo no Rio Grande do Sul, o volante Filipe Augusto virou baixa após sentir dores no duelo diante do Vila Nova-GO. O atleta voltou para Cuiabá, onde será avaliado pelo Departamento Médico do Dourado.

Com dois gols à frente, o Vila Nova pode empatar ou até perder por um gol de diferença para garantir a classificação para a final da Copa Verde. O confronto de volta está marcado para o dia 11 de maio, na Arena Pantanal, em Cuiabá. Quem ficar com a vaga enfrenta o Paysandu - maior campeão da Copa Verde, com três títulos - na decisão do torneio.

DIVULGAÇÃO/CUIABÁ

Vila Nova abre 2 a 0 sobre o Cuiabá na semifinal da Copa Verde. Confronto de volta ocorre no dia 11 de maio

MT-251,
CUIABÁ A CHAPADA DOS GUIMARÃES
Governo de Mato Grosso